

Porto seco
Facilidades para o
comércio exterior

ACIM

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

DEZEMBRO/91

Nº 317

ANO 28

PORTE PAGO
DR/PR
ISR - 4B - 0708/88



Medicina

Maringá é centro de referência

ACIM

Clas. 050

R454

Reg. 0255

Data 22-04-05

Proced.

NF

R\$

Data



DEPÓSITO BR-369

A CASA DA SUA CONSTRUÇÃO

MATRIZ

RUA ESTADOS UNIDOS, 645 - CX. P. 1.286
FONE: (0442) 28-6655 - TELEX: 442-009
CEP: 87.040 - MARINGÁ - PARANÁ

FILIAL

RODOVIA BR-158, Nº 4.100
FONE: (0448) 23-4554 - TELEX: 442-009
CEP: 87.300 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ



IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA CIDADE VERDE

VENDA . LOCAÇÃO . ADMINISTRAÇÃO . INCORPORAÇÃO

RUA NÉO ALVES MARTINS, 1.333 - FONE: (0442) 22-7778 - MARINGÁ - PR



UMA ENTIDADE EM DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

A estrutura médico-hospitalar de Maringá

A estrutura de atendimento em saúde pública no Brasil está falida. Esta é a opinião de praticamente todo brasileiro, desde o que necessita da Previdência para ter assistência médica, até os próprios médicos e hospitais, que já não vêem uma saída para a questão dos baixos salários e honorários pagos pelo órgão.

Esta situação se reflete no dia-a-dia do país de forma contundente. Hoje, praticamente tudo o que se tem em termos de avanço tecnológico em medicina vem do investimento particular. Por isso muitos acreditam que a Previdência realmente caminha para o fim. A despeito da realidade da grande maioria das cidades brasileiras, Maringá vive uma situação atípica no setor de saúde. Nos últimos anos muitos investimentos têm sido feitos por médicos e hospitais, que fizeram da cidade a terceira no estado em estrutura de atendimento especializado.



Este é o assunto da reportagem de capa deste mês, que mostra o que Maringá oferece na área médica. O atendimento vem se especializando a cada dia e hoje são realizados tratamentos e cirurgias antes só encontrados em hospitais de grandes centros.

Leia também nesta edição a entrevista com o ex-presidente da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras - e atual membro do Conselho Mo-

netário Nacional, Roberto Rodrigues. Ela fala sobre os caminhos que a agricultura brasileira deverá trilhar daqui para frente, para que possa crescer e conquistar competitividade e das perspectivas para o Brasil com a criação do Mercosul. Para ele, esta integração de mercado trará uma oportunidade de capacitação dos meios de produção brasileiros.

Muitos maringenses deixaram a cidade em busca de melhores oportunidades de salários no Japão. Este contingente de trabalhadores tem enviado anualmente para a cidade um volume de dinheiro significativo para a economia local. Hoje os dekasseguis são responsáveis por cerca de 20 por cento dos negócios imobiliários realizados na cidade. Nesta edição, reportagem sobre os investimentos e as dificuldades de quem foi trabalhar nas indústrias japonesas.



Jantar encerra o V Prêmio ACIM de Jornalismo
pág. 34



Mercado de brindes está desaquecido
pág. 16

Lukas.....	pág 04
Entrevista.....	pág 05
Capa.....	pág 07
Campanha de Natal.....	pág 15
Brindes.....	pág 16

Caderno Técnico.....	pág 17
Porto Seco.....	pág 25
Artigo.....	pág 36
Meu Negócio.....	pág 37
Penso Assim.....	pág 38



Rua Néo Alves Martins, 2.321
 Telefone (0442) 26-1331 - Fax(0442) 23-5007
 S.P.C. (0442) 26-2299

Telex (442) 168 - Caixa Postal 1033
 Maringá - PR.

DIRETORIA

Presidente: Fernando Henriques
 1º Vice-Pres.: Paulo Sérgio Magalhães Silva
 2º Vice-Pres.: Shiniti Ueta

1º Secretário: Luiz Carlos Masson
 2º Secretário: Paulo Moraes Badan
 1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo
 2º Tesoureiro: Valdecir de Brito

Diretor Adjunto: Massao Tsukada
 Diretor Adjunto: Pedro Granado Martines

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Carlos Mamoru Ajita
 Secretário: Moacir Somaggio

Membros:

Agenor Maia - Américo Fernandes -
 Amorim Pedrosa Moleirinho - Antonio J.R.
 Silvestre Ferreira - Eduardo Hideshiro Hase -
 Euclides Sordi - Fernando José de Faria
 Ferraz - Francisco Favoto - Futoshi Matsuda -
 Hélio Shimabukuro - Heitor Bolela Júnior -
 Joaquim Agostinho - José dos Santos Ribeiro -
 José Gomes Ferreira - Miguel Fujinami -
 Reginaldo Nunes Ferreira -
 Sabas Martins Fernandes - Shoiti Okimoto -
 Simão Hirata - Tokotoi Guinoza

Membros Natos:

Alcides Siqueira Gomes - Álvaro Miranda
 Fernandes - Atair Niero - Emílio Germani -
 Ermelindo Bolfer - Joaquim Dutra - Luiz
 Júlio Bertin - Manuel Mário de Araújo
 Pismel - Raymundo do P. Vermelho - Sidnei
 Meneguetti - Ubirajara de Araújo Pismel

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Jair Arduini - Milton Massar Morita -
 Orides Lopes

Suplentes:

Edmilson W.F. Brassanini - Edenilson Rossi -
 João Noma

GERENTE ADMINISTRATIVO

Carlos Roberto Previdelli

ACIM

Revista de publicação mensal
 da Associação Comercial e Industrial
 de Maringá - ACIM

DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson
EDITOR RESPONSÁVEL
 Regina Daefiol - MT 2538-PR
REPORTAGEM E FOTOS

PUBLICIDADE

Claudioiro Venâncio
PRODUÇÃO GRÁFICA E
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Editora Organsil
 Fones: (0442) 24-9365 e 24-5005

IMPRESSÃO

Gráfica Boaventura
 Publicação mensal dirigida
 Circulação nos quinze primeiros dias
 de cada mês. Cartas para a Assessoria
 de Comunicação Social da ACIM

A Revista ACIM não se responsabiliza por
 conceitos emitidos em matérias assinadas.

LUKAS...



CONFRATERNIZAÇÃO NA FIRMA





Rodrigues: confiança num futuro melhor para o Brasil

Entrevista

Os caminhos para o mercado externo

O ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues é representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional e membro do Conselho Nacional de Política Agrícola. Nesta entrevista, Roberto Rodrigues fala das perspectivas para o Brasil

ACIM: O senhor esteve recentemente na Europa, tratando de assuntos ligados ao comércio exterior. O que o senhor trouxe de novo de lá?

ROBERTO RODRIGUES: Nesta viagem eu vi muita coisa interessante, em que o Brasil deve deter sua atenção. A Confederação Européia de Agricultura tem recomendado aos agricultores europeus, como modelo de desenvolvimento, a agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo, a Confederação reconhece que a agricultura familiar não é auto-sustentável, e por isso recomenda também que ele mantenha um emprego urbano para complementar sua renda. Isso parece uma contradição, não é? Mas tem sentido, porque eles enxergam uma solução de médio prazo. Com

a liberalização da economia dos países do Leste Europeu, vai haver um investimento enorme da comunidade européia para transformar aquela região num grande produtor agrícola, que irá abastecer a Europa Comunitária. Hoje a Europa enfrenta a polêmica gerada pela questão das agressões ao meio ambiente, que é muito debatida. Então, para os países da Comunidade é muito mais vantajoso transformar a Europa num grande jardim, com muitas flores, e importar alimentos de outros países. Por isso os investimentos no Leste. Bom, enquanto houver o estímulo da agricultura familiar na Europa Comunitária, para resguardar o meio ambiente, vai haver a necessidade de subsídios. Mas, enquanto isso, a comuni-

dade estará investindo no Leste, garantindo assim seu abastecimento. Mas há um espaço de tempo para que os investimentos comecem a frutificar no Leste, talvez de uma década. Na minha opinião, se os países da América Latina, especialmente o Brasil, não se habilitarem nos mercados agrícolas, para aproveitar este período em que haverá brechas no mercado europeu, nós vamos perder o trem da história.

ACIM: E o que seria se habilitar nos mercados agrícolas?

ROBERTO RODRIGUES: Seria produzir competitivamente, com eficiência, com vigor, enquanto existe esta potencialidade de mercado na Europa. Os países latinos têm que ocupar este espaço, antes que a oferta de alimentos

volte a se equilibrar, com o aumento da produção dos países do Leste.

ACIM: Mas como o Brasil poderia ocupar este espaço no mercado europeu, se nossa agricultura está longe de ser competitiva?

ROBERTO RODRIGUES: Hoje a competitividade do Brasil neste setor é cercada por dois fatores: um, externo, que é o protecionismo dos países do Primeiro Mundo. E outro, interno, que são os instrumentos da política agrícola brasileira, que estão obsoletos. Então, o Brasil tem que reencontrar todo este modelo instrumental para poder viabilizar uma agricultura competitiva. Por outro lado, se não cair este protecionismo que há lá fora, nós não vamos conseguir nada, porque hoje estamos importando subsídios e exportando impostos. O Brasil vai precisar trabalhar esta questão externa, numa ação diplomática, para a qual não podemos prescindir do papel do Estado.

ACIM: Quer dizer que o Brasil terá que transpor uma barreira muito difícil?

ROBERTO RODRIGUES: Sim, é difícil, mas uma década é um período suficiente para mudar a realidade da agricultura brasileira. É um trabalho difícil,



"Os países da América Latina precisam aproveitar as brechas do mercado europeu. Do contrário, vamos perder o trem da história"

mas não impossível. Seria preciso uma mudança da visão do Estado em relação à agricultura. Hoje o Estado olha a agricultura levando em consideração apenas a questão do abastecimento, esquecendo-se da questão da produção. E quando se diz que o Estado precisa mudar sua visão, significa dizer que a própria sociedade precisa olhar a agricultura de forma mais madura. A agricultura brasileira é vista pela sociedade como um setor indolente, chorão, privilegiado. E, em alguns casos, até que há um fundo de verdade, porque o capitalismo de cartório, de privilégios, também faz carreira na agricultura. Alguns setores tiveram grandes benefícios nos últimos 20 anos, enquanto ou-

tros não tiveram benefício algum. Quem não teve, reclamou, e o governo respondeu para a sociedade mostrando apenas quem recebeu os benefícios. O consumidor, por sua vez, fez seu julgamento a partir desta constatação, colocando a classe agrícola como um todo que só sabe reclamar. Por isso, antes de tudo, seria necessário um grande projeto de valorização do campo perante o cidadão brasileiro. Mas o setor rural precisa também fazer uma espécie de "mea culpa", porque passou muito tempo esperando que o Estado resolvesse seus problemas.

ACIM: Como o senhor analisa a perspectiva de unificação do mercado do Cone Sul no Mercosul?

ROBERTO RODRIGUES: Esta unificação será ótima para todos, só que a longo prazo. Inclusive para a agricultura brasileira, que terá que aumentar sua eficiência para poder competir. Mas tem um detalhe muito importante que não podemos perder de vista: de nada adianta eu ter um projeto muito bom para daqui a 10 anos, se não conseguir chegar vivo até lá. Acho que o Mercosul não está sendo tratado de forma consistente do ponto de vista legal e institucional, para proteger a agricultura brasileira. Da forma como a questão vem sendo tratada, nossa agricultura vai pagar um preço altíssimo, vai quebrar de vez. Veja, não há como ter um tratamento uniforme das agriculturas dos países do Cone Sul se não houver uma harmonização de tributos, de custos de produção, dos custos portuários e alfandegários. Então, antes, toda a política macroeconômica terá que ser harmonizada.

ACIM: O senhor vê a possibilidade de o Brasil vir a se tornar um exportador de produtos manufaturados no futuro? Hoje o país exporta mais matéria-prima...

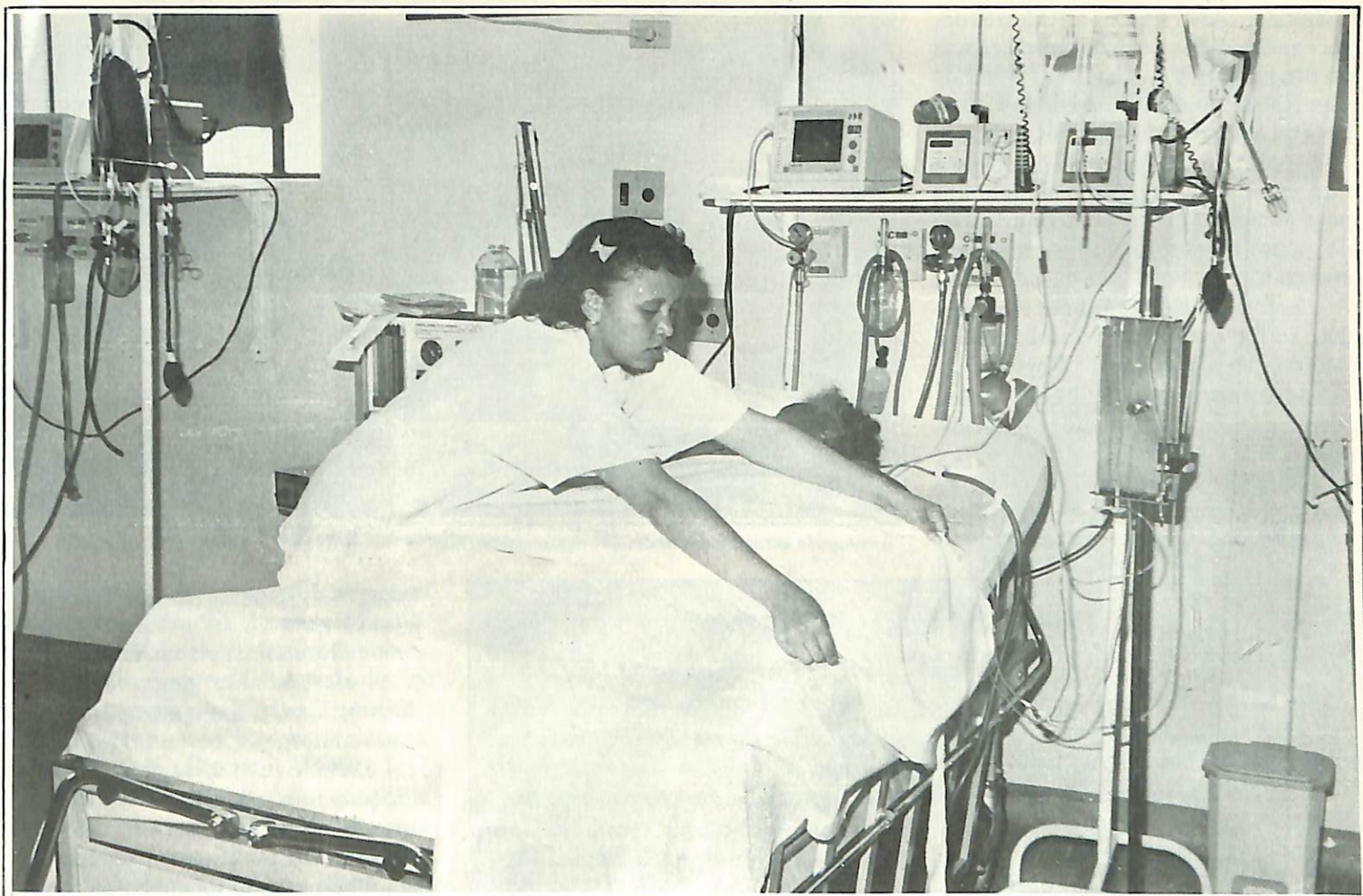
ROBERTO RODRIGUES: O Brasil hoje, entre os países da América Latina, é o que tem o melhor parque industrial. Quando o Mercosul for implementado, vai representar um avanço enorme para muitos setores industriais brasileiros, como o da eletroeletrônica, por exemplo. Eu acredito que o Brasil vai chegar a este ponto. Aliás, acredito em muito mais: lamento ter 50 anos porque não vou estar vivo para ver o Brasil se tornar o maior e melhor país do planeta nos próximos 40 ou 50 anos. Nenhum outro país do mundo tem as condições que o Brasil tem para se desenvolver. É só uma questão de tempo!

**A EMBALAGEM APRESENTA
SEU PRODUTO AO CONSUMIDOR.
A BOA IMPRESSÃO É TUDO. FALE COM A GENTE.
VOCÊ VAI FICAR COM A MELHOR IMPRESSÃO.**



**SOLICITE UM REPRESENTANTE
DISQUE (0442) 26-5601**





Capa

Um centro de referência em medicina

Maringá cresceu e se especializou em termos de medicina nos últimos anos. Muitos investimentos têm sido feitos em novos equipamentos e em técnicas modernas, e hoje a cidade ocupa o terceiro lugar no estado em estrutura de atendimento médico-hospitalar

Como tudo no Brasil neste momento, também a estrutura de atendimento na área de saúde está falida. Esta é a opinião de todo brasileiro, especialmente quando necessita de atendimento e acaba ficando horas numa fila para conseguir marcar uma simples consulta pela Previdência. Esta é também a opinião dos próprios profissionais da área, os médicos, que a cada dia vêem a estrutura dos hospitais públicos se deteriorar e a dificuldade em oferecer um atendimento satisfatório à população crescer. Sem contar os salários, que, na proporção em que vêm caindo, serão um dos grandes responsáveis pelo fim do atendimento previ-

denciário.

Para os hospitais, a realidade não é diferente. Os honorários pagos pela Previdência, quando não atrasam, chegam tão defasados que na maioria dos casos não cobrem sequer as despesas. A questão dos honorários da Previdência já foi motivo para muitas paralisações no atendimento, tanto de hospitais, como dos próprios médicos.

No bojo de toda esta crise, falar em desenvolvimento tecnológico e investimento em pesquisa no Brasil, então, soa como fantasia. Hoje o que se encontra em termos de avanço na medicina, de aquisição de equipamentos e de desenvolvimento de pesquisa, geral-

mente vem do dinheiro de quem ainda tem coragem de investir num país instável como o Brasil. Nada mais se espera do poder público.

Em Maringá, na opinião de muitas pessoas que atuam na área de saúde, pode-se considerar que o setor vive uma situação atípica. Mesmo com todas estas dificuldades, a cidade é a terceira no Estado – atrás apenas de Curitiba e Londrina – em estrutura de atendimento em saúde. Hoje existem na cidade 410 médicos, segundo dados do Conselho Regional de Medicina do Paraná – CRM. Isso equivale a 1 médico para cada grupo de 610 pessoas.

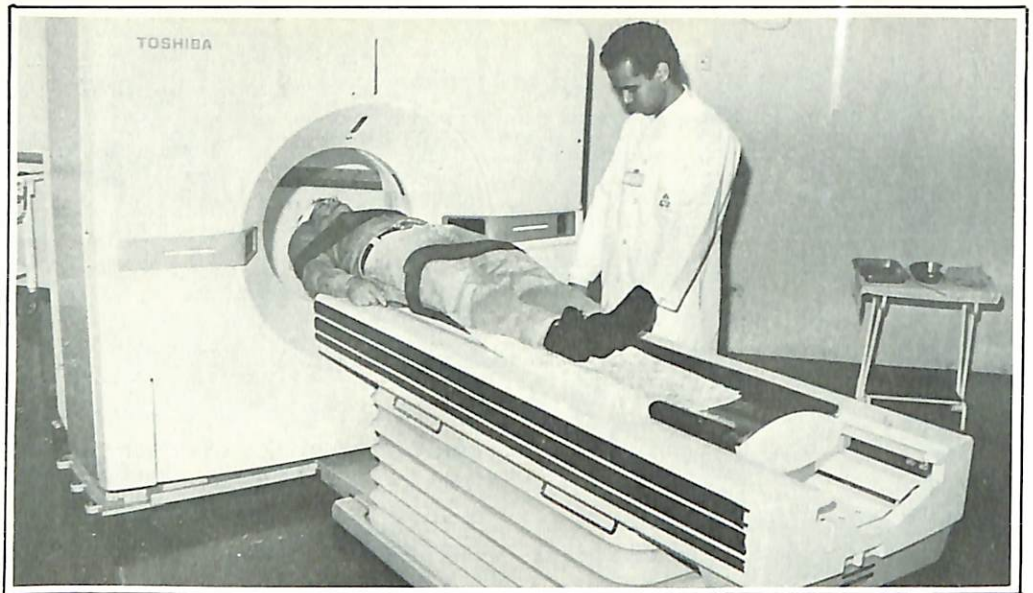
Além disso, a cidade conta com 7

hospitais cadastrados no CRM, três deles considerados centros de referência no atendimento da região. O nível de especialização destes hospitais é comparável a de outros de grandes centros.

Este fato pode ser avaliado pelo número de pacientes encaminhados para atendimento em centros maiores: de julho a outubro deste ano foram apenas 6.

Este é um dado bastante significativo, se for levado em consideração o fato de que a área da 15ª Regional de Saúde compreende uma região com aproximadamente 2 milhões de habitantes.

INVESTINDO EM TECNOLOGIA: O Hospital Paraná, ao lado da Santa Casa e do Hospital Santa Rita, é um bom



Tomógrafo computadorizado: 280 exames por mês

Um diagnóstico sofisticado

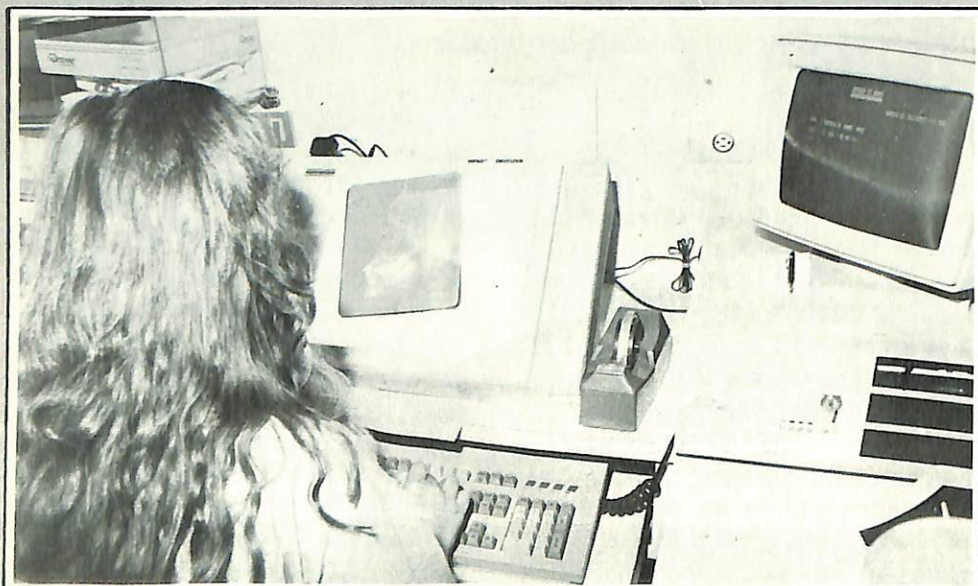
Na área da odontologia, Maringá possui também alguns setores altamente especializados. Um bom exemplo é o Centro de Documentação Ortodôntica, mantido pelo Centro de Odontologia de Maringá.

Segundo o dentista Marcos Roberto Martinhão – que é especialista em documentação ortodôntica e em periodontia – para fazer este tipo de estudo, a clínica mantém um sistema com equipamentos sofisticados. A documentação ortodôntica é o instrumento mais completo de que pode dispor o ortodontista para a realização do tratamento – geralmente corretivo, e que é feito através dos conhecidos “aparelhos”. “Podemos dizer que 90 por cento do diagnóstico do ortodontista se baseia na documentação ortodôntica”, explica Marcos. Maringá é

uma das 4 cidades do estado que têm um centro como este. No Brasil, de acordo com Martinhão, devem existir apenas 50 centros instalados.

Para fazer este diagnóstico, o paciente passa primeiro por uma sessão de radiografias – radiografia panorâmica e tele-radiografia. Depois, são feitas fotos e slides da boca, além de moldes em gesso. De posse de todo este material, é que é feita a documentação ortodôntica.

No centro mantido pela clínica de Marcos Martinhão, todo o estudo é feito através de computador. Isso, além de facilitar ainda mais a vida do ortodontista, praticamente elimina qualquer margem de erro. “Sem contar que o resultado sai com maior rapidez”, informa Marcos.



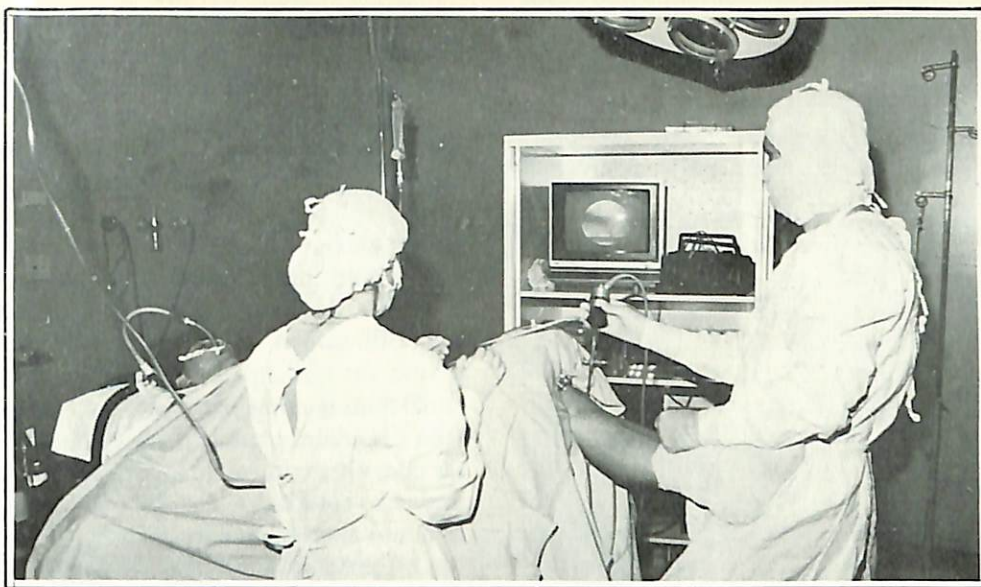
Documentação ortodôntica: poucos centros especializados

exemplo de como Maringá cresceu nos últimos anos na área de saúde. Com apenas 8 anos de funcionamento, o hospital oferece uma gama variada de diagnósticos, tratamentos e cirurgias especializadas.

Desde a fundação, o hospital foi se adequando e adquirindo equipamentos que possibilitaram oferecer este atendimento em diversas especialidades. Um destes equipamentos é o tomógrafo axial computadorizado – que faz diagnósticos do corpo inteiro. O primeiro foi adquirido em 1987 e no início deste ano o hospital investiu num novo, de última geração. “O tomógrafo que temos hoje pode ser equiparado aos utilizados nos hospitais de grandes centros”, explica Rosely Zerbetto, administradora do Hospital Paraná.

O tomógrafo é um equipamento hoje considerado indispensável nas mais diversas áreas da medicina, especialmente no campo da neurologia. Ele também é muito utilizado no atendimento de urgência, no Pronto Socorro do hospital, onde é grande o número de vítimas de acidentes. O aparelho pode detectar, com precisão e rapidez, qualquer problema no cérebro, decorrente de traumatismo craniano e outras complicações.

“A precisão deste tomógrafo é muito grande. É possível, através dele, ver com detalhe e muita definição a área que está sendo examinada”, explica o médico Almério Votto Pereira, diretor-financeiro do hospital Paraná. Para avaliar a importância do tomógrafo e sua utilidade na rotina do hospital, é só observar o número de exames realizados através dele: são 280 por mês, feitos em pacientes vindos de toda a



Artroscopia: avanço no tratamento de lesões articulares

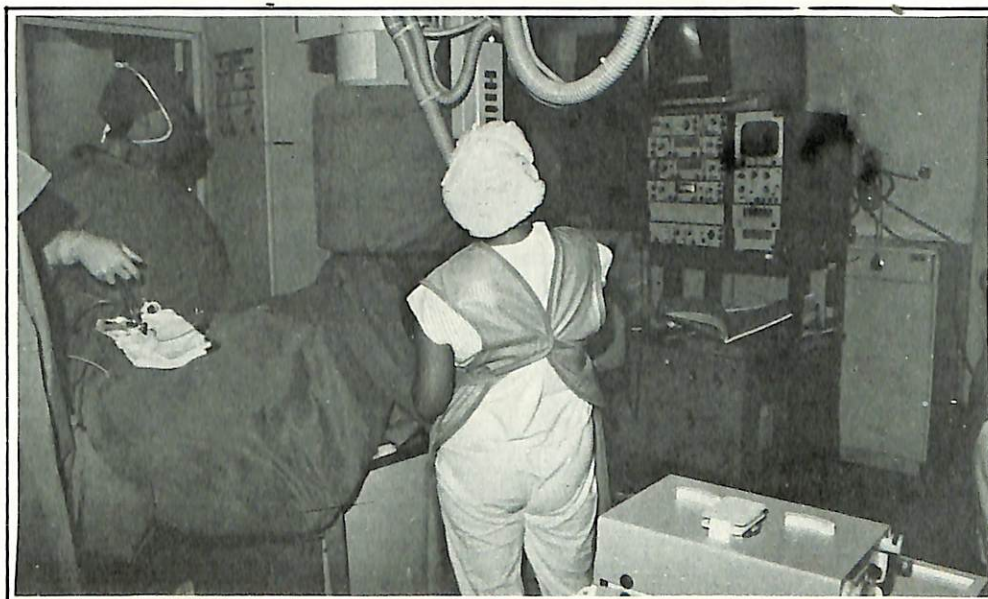
região, além de municípios do Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Depois da compra do tomógrafo, a diretoria do hospital Paraná decidiu adquirir novos equipamentos, para poder oferecer um padrão ainda mais elevado de atendimento. Entre eles o Shock Wave, um aparelho de última geração, que faz a fragmentação de cálculos renais, sem cirurgia; um equipamento de hemodinâmica digital, que possibilitará ao hospital, além de diagnósticos e tratamentos, realizar também, num futuro próximo, cirurgias cardíacas. Além destes, está prevista também a compra do Ecodoppler, um aparelho de ultrassom bastante sofisticado, que pode fazer diagnósticos vasculares e até do coração. A compra destes equipamentos está prevista para o ano que vem.

ARTROSCOPIA: Outra especialidade que tem atraído um número cada vez

maior de pacientes da região para Maringá é a artroscopia, uma técnica de tratamento e diagnóstico de doenças articulares. Através da artroscopia, muitos problemas, como lesões de menisco, de ligamentos, de cartilagem e até pequenas fraturas, podem ser resolvidos sem a necessidade de cirurgia. E o resultado é surpreendente. "A grande vantagem é que, com o uso do artroscópio, podemos resolver o problema, sem o risco de comprometer o movimento do joelho, o que poderia acontecer no caso de uma cirurgia", explica o ortopedista Masaharu Akimoto, um dos membros da equipe que realiza este tratamento. Esta equipe conta também com o ortopedista Jandyr Morandini, que fez especialização em artroscopia na França.

Segundo Akimoto, as lesões no joelho são mais frequentes do que em outras articulações. "É a maior parte



Cateterismo: diagnóstico e tratamento

Convênios Força Total



Segundo Robson Ferreira, diretor de marketing da EBC - EMPRESA BRASILEIRA DE CONVÊNIOS, é cada vez maior o número de famílias que buscam a segurança e a praticidade dos convênios, fruto da atual conjuntura econômico-social que assola o país. Ao mesmo tempo as empresas começam a usar a equação do sucesso (+ segurança + incentivo = - faltas + produtividade + faturamento, + lucros), fórmula que poderia ser ainda mais eloquente, se acrescentássemos menor rotatividade de mão-de obra.

CONVÊNIOS - Nesta área, Maringá está também muito bem servida, continua Robson, proporcionando aos interessados os mais variados sistemas de convênios, todos de excelente qualidade. A EBC, por sua vez, possui diversos planos individuais e para empresas, e em cada um deles é grande o número de benefícios. Além de oferecer o menor custo do mercado, com a maior abrangência - envolvendo desde o atendimento básico a custo zero, até hospitais, laboratórios, profissionais de quase todas as áreas existentes em nossa cidade, clínicas de radiologia (raio X, Ultrassom) - pela maior redução do país, a tabela AMB - Associação Médica Brasileira, administra também a TABELA EBC DE ODONTOLOGIA, a maior redução do mercado, para atendimento sempre particular, com equipamentos de última geração e profissionais de alto nível.

CONVÊNIOS COMERCIAIS - A EBC possibilita aos associados não só o retorno das mensalidades, como também contrair lucros, pela soma dos descontos especiais em mais de 70 lojas, restaurantes, farmácias, hotéis, etc.

Os interessados, podem nos procurar na rua Néo A. Martins, 1842 - térreo, centro, Maringá.



A UTI pediátrica da Santa Casa é a única do interior do Paraná

das lesões desta natureza é causada por acidentes em partidas de futebol. A maioria das pessoas pratica este esporte sem um condicionamento físico adequado, o que leva a lesões sérias no joelho”, explica Akimoto.

Graças à artroscopia – que no caso desta equipe de ortopedistas maringenses é feita através de um artroscópio com um monitor, que pode registrar em fita VHS toda a operação – hoje

já é possível até recuperar o menisco. “Antigamente, quando o paciente apresentava algum problema no joelho, a primeira providência era a retirada do menisco. Isso pode acarretar uma artrose precoce”, explica Akimoto. Além disso, a artroscopia é uma cirurgia bastante simples, rápida, e não exige do paciente mais de 24 horas de repouso para voltar a movimentar o joelho novamente.

CIRURGIAS CARDÍACAS: Maringá está também entre as poucas cidades do interior do estado que realizam cirurgias cardíacas. E o Hospital Santa Rita é um centro regional de referência nestas cirurgias, além de dispor de um centro de hemodinâmica para tratamento e diagnóstico de doenças do coração. No Santa Rita são realizados vários tipos de cirurgias cardíacas, como ponte de safena, troca de válvulas, implante de marcapasso e correção de cardiopatias congênitas. Hoje o Santa Rita é também o único da região a contar com uma central de hemodinâmica, onde são realizados diagnósticos e tratamento através do cateterismo.

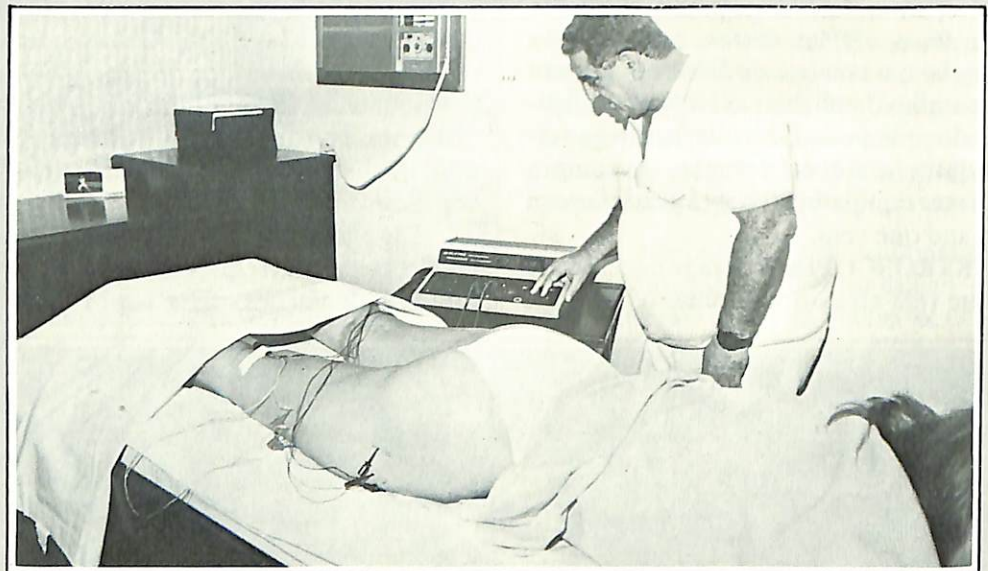
A procura pelo setor de cardiologia do hospital é bastante significativa. São realizados, em média, 75 cateterismos e de 18 a 20 cirurgias cardíacas por mês. Somente Maringá e Londrina, além de Curitiba, possuem centros especializados em cirurgias desta espécie no Paraná. “Isso se deve ao fato de que é preciso ter uma estrutura muito grande para a realização destas cirurgias”, explica o cardiologista Raul D’Aurea Moura Jr, responsável pelo setor de Hemodinâmica do hospital. Essa estrutura implica na aquisição de equipamentos, na maioria importados, e que

O fim da celulite

As mulheres de Maringá e região já contam, desde agosto deste ano, com um tratamento que pode trazer a solução para um verdadeiro drama: a celulite e a gordura localizada. Trata-se da eletrolipoforese, que é feita com um aparelho de fabricação francesa, que elimina a celulite e as gorduras localizadas através de correntes elétricas.

Tudo é feito com este pequeno aparelho, um verdadeiro computador, que é programado para o tratamento de acordo com a cor da pele, a quantidade de celulite e gordura localizada, e com as medidas de cada paciente. Depois, são introduzidas agulhas nos locais a serem tratados, que vão conduzir a corrente elétrica. O tratamento é indolor e dura em média 10 sessões, de 1 hora cada.

A eletrolipoforese, apesar de ser uma revolução no tratamento para um problema de efeitos estéticos, na verdade é um tratamento para uma doença. A celulite nada mais é do que uma doença



Eletrolipoforese: o fim de um drama

vascular, já que é causada pela má circulação do sangue.

Além de combater a celulite e a gordura localizada, este tratamento ajuda também a combater a flacidez, com a tonificação muscular. Mas a eletrolipoforese não basta para resolver estes problemas. A paciente precisa também mudar seus hábitos, especialmente no que se refere à alimentação à prática de

exercícios. “O tratamento resolve o problema da celulite já instalada. Mas a mudança dos hábitos é fundamental para que ela não volte a se manifestar. Além disso, nós aconselhamos as pacientes a realizarem pelo menos 2 sessões a cada 6 meses, para manter os resultados”, afirma Roberto Feres, médico responsável por este tratamento em Maringá.



Azevedo: "Uma aplicação pode dissolver o cálculo"

por este motivo custam caro. E o Santa Rita dispõe desta estrutura: ali estão instalados, além da Central de Hemodinâmica, uma unidade coronariana para atender enfartados e para preparo dos pacientes que irão se submeter a cirurgias cardíacas, e uma UTI para recuperação no pós-operatório destas cirurgias.

Na Central de Hemodinâmica são feitos diagnósticos e tratamentos através do cateterismo. O cardiologista pode tanto avaliar o problema como, em muitos casos, resolvê-lo sem cirurgia. O exame é feito através da introdução de um catéter – uma espécie de sonda – que vasculha artérias, coronárias e o interior do coração. Em muitos casos, com a utilização do próprio catéter, o médico pode desobstruir artérias e coronárias. Somente quando há obstruções – geralmente causadas por placas de gordura – em vários pontos é que se recorre à cirurgia. "O resultado do cateterismo é muito seguro e satisfatório", afirma o cardiologista.

PEDIATRIA: Outro exemplo dos investimentos feitos na área de saúde em Maringá está na Santa Casa, o único hospital do interior do estado que possui uma UTI pediátrica. Instalada desde o ano passado, esta UTI é destinada ao atendimento de crianças portadoras de doenças graves – mas com grande potencial de recuperação – além das que se encontram em fase de recuperação pós-operatória.

Para dar este atendimento especializado à criança, a UTI conta com uma série de equipamentos específicos, normalmente não encontrados numa UTI comum. Os respiradores infantis,

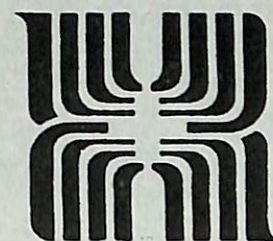
por exemplo, são um deles. Além disso, há toda uma equipe especializada em pediatria, com médico, enfermeiras e auxiliares de enfermagem, que pode dar um atendimento muito mais especializado. "Este tratamento diferenciado é necessário porque o organismo da criança e o quadro clínico que ela apresenta são diferentes do adulto", explica a pediatra Maria Cristina Suzuki, responsável pela UTI pediátrica da Santa Casa.

Em um ano de funcionamento, o setor já atendeu a mais de 300 crianças, que antes eram encaminhadas para UTIs comuns. Segundo as estatísticas da Santa Casa, pelo menos 60 por cento destas crianças eram recém-nascidas, e cerca de 30 por cento, pré-maturas. "Com a especialização que uma UTI com esta oferece, crianças como estas têm maior condições de sobrevivência", explica Maria Cristina.

AMPLIAÇÃO: A UTI pediátrica começou a funcionar com apenas 4 leitos. Mas a procura aumentou de tal maneira, com pacientes de toda a região sendo encaminhados, que o hospital teve que ampliar sua capacidade no setor: hoje são 12 leitos.

Mas a ampliação não ficou só no setor da UTI pediátrica. A Santa Casa está reformando também seu prédio e para o ano que vem deverá dobrar sua capacidade de internação: passará a oferecer 320 leitos. "Esta ampliação vai nos permitir dar maior atendimento à população da região. Nós calculamos que pelo menos 2 milhões de habitantes dependem de Maringá na área de saúde", afirma o médico Ariel Arthur, diretor-clínico da Santa Casa.

No projeto de ampliação, já está



HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA

CLÍNICA E CIRURGIA
GERAL, GINECOLOGIA
E OBSTETRÍCIA
PEDIATRIA
GASTROENTEROLOGIA,
ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA,
HEMODINÂMICA E
CIRURGIA CARDÍACA

PÇA 7 DE SETEMBRO, 285

FONE (0442) 24-3344

CX. POSTAL 304

CEP 87015

MARINGÁ - PARANÁ



**SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA
DE MARINGÁ** FUNDADA
EM 1953

HOSPITAL E MATERNIDADE M^a AUXILIADORA

DEPARTAMENTO DE CIRURGIA:

Geral, Gástricas, Ortopédica, Traumatológica, Artroscopia, Torácica, Urológica, Transplante Renal, Vascular, Neuro, Otorrinologia, Oftalmológica, Plástica Cardíaca, Proctológica, Pediátrica, Ginecológica e Obstétrica.

DEPARTAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA:

Medicina Interna, Nefrologia, Gastroenterologia, Proctologia, Cardiologia, Pneumologia, Urologia, Oncologia, Endocrinologia, Psiquiatria, Traumatologia, Ortopedia, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia.

HOSPITAL GERAL - 140 LEITOS

Serviços auxiliares de diagnósticos e tratamento ambulatorial

SERVIÇOS: Laboratório, Análises Clínicas, Radiologia, Fisioterapia, Psicologia, Diálise, Hemodiálise, Ortopedia, Urgência e Emergência

Tel: (0442) 22-5633

**Rua Santos Dumont, 555
Maringá - Paraná**

prevista a criação de um setor especializado em doenças infecto-contagiosas. A Santa Casa passará a ser o único hospital de Maringá a contar com um setor de isolamento, oferecendo inclusive leitos para aidéticos.

TRANSPLANTES RENAI: Maringá também é uma das poucas cidades do Paraná que realizam transplantes renais. O primeiro foi realizado em 1983 e de lá para cá muitos outros aconteceram. Hoje, apenas uma equipe - composta pelos médicos Hélio Jorge Pozzobom, Edson Azevedo, Wiliam Tagushi e Vicente Kira, urologistas; Adaelson Alves Silva e Almir Germano, nefrologistas; Itamar Guide, Roberto Pazzelo e Roberto Feres, cirurgões vasculares - é credenciada para realizar este tipo de cirurgia.

Hoje as técnicas de transplante renal evoluíram muito, a ponto de o problema da rejeição ter sido praticamente superado. Mas a maior dificuldade enfrentada atualmente pelos renais crônicos é a falta de doadores. "Dos 65 transplantes que nossa equipe já realizou, apenas 9 foram feitos a partir da doação de órgãos de cadáveres", afirma o nefrologista Almir Germano.

Ele explica que ainda existe preconceito em relação à doação, especialmente por parte das famílias, que às vezes decidem não doar os órgãos de um parente, mesmo que ele, em vida, tenha manifestado o desejo de fazê-lo. E, depois de muitos estudos, a medicina concluiu que o ideal é realizar transplantes com órgãos de cadáveres. "A doação de órgãos por pessoa viva é mais complicada. É uma questão que envolve uma série de discussões, inclu-

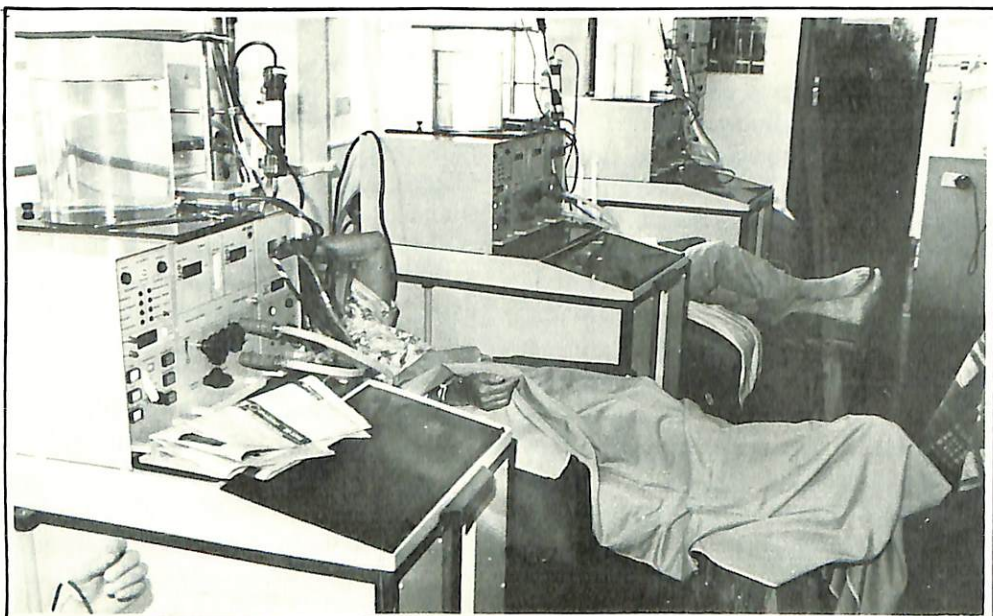
sive em torno da validade de se deixar uma pessoa sem um de seus rins para atender outra", coloca Almir. Os médicos são unânimes em afirmar que, se houvesse mais doações de órgãos de cadáveres, o número de transplantes poderia ser muito maior.

HISTOCOMPATIBILIDADE: Um dos primeiros passos dados antes de um transplante é comprovar se há compatibilidade entre doador e receptor. Em primeiro lugar é realizado o teste de histocompatibilidade, ou tipagem HLA. Com este exame, é verificado se existe semelhança entre a conformação das células do doador e do receptor. "É um verdadeiro exame da identidade, da impressão digital, das células", compara Almir.

A tipagem HLA é feita através do sangue. Até pouco tempo, este teste era feito apenas em Londrina e Curitiba. A Universidade de Maringá também passou a realizá-lo, graças ao número de transplantes que passaram a ser feitos na cidade.

Mas Almir Germano adverte que o transplante nem sempre é a solução para quem sofre de insuficiência renal crônica. No caso de rejeição do órgão, o paciente é obrigado a voltar a fazer hemodiálise - uma rotina na vida de boa parcela destas pessoas. Segundo estimativas do médico, só na região de Maringá existem cerca de 120 renais crônicos. Destes, pelo menos 80 por cento são obrigados a se submeter a 1 ou 2 sessões semanais de hemodiálise, que podem durar de 3 a 6 horas.

A hemodiálise é o processo de filtragem do sangue, que o rim deixou de fazer. Os aparelhos utilizados atualmente nas hemodíalises em Maringá poderiam ser mais modernos, na opi-



Hemodiálise: rotina na vida do renal crônico

nião de Almir. Apesar de fazerem o tratamento da forma como deveria, estes aparelhos prolongam o sofrimento do paciente. Hoje existem "rins artificiais" – como são chamadas estas máquinas – que podem reduzir em até 50 por cento o tempo de diálise.

Mas o seu alto custo impede que os brasileiros tenham acesso fácil a este tratamento. Um equipamento como este, fabricado em muitos países do Primeiro Mundo, está custando algo em torno de Cr\$ 40 milhões. E, para complicar, o tratamento de hemodiálise normalmente é pago pela Previdência. "Não existe outra forma de os pacientes fazerem hemodiálise, a não ser pela Previdência. Seria impossível para o renal crônico pagar cada sessão, porque os custos são altíssimos. E um paciente como este tem que se submeter ao tratamento às vezes até o fim da vida", explica Almir.

CÁLCULOS RENAI: Os cálculos renais são um problema que aflige muita gente. Em breve os maringaenses e a população da região poderão contar com um tratamento para o problema que dispensa cirurgia. Trata-se de um aparelho, o Tripter X-1, de tecnologia alemã, que fragmenta os cálculos re-



Almir: "Faltam doadores"

nais através de ondas de choque. O tratamento é indolor e o paciente não precisa sequer ser anestesiado.

Este equipamento está sendo trazido para Maringá por um grupo de 16 urologistas – 9 da cidade e 7 da região – que fundaram a Urotec Serviços Médicos Ltda, que vai funcionar desvinculada dos hospitais. "Nós vamos instalá-lo numa unidade independente porque não há necessidade do hospital, já que

se trata de um tratamento ambulatorial", explica o urologista Edson Azevedo, um dos sócios da Urotec.

Ele afirma que o tratamento é indicado para qualquer paciente. Mas o resultado depende muito do quadro clínico de cada um. "Em alguns casos uma única aplicação pode dissolver o cálculo. Em outros, são necessárias várias aplicações, por causa do tamanho do cálculo ou da sua própria constituição".

English conversation classes. Native speaker.

- **MAXIMUM TALKING TIME**
Modern method of teaching to allow the student the maximum talking time.
- **TOTAL LEARNING SYSTEM**
To help the student feel confident in speaking, reading, writing and listening.
- **CONTROLLED CLASS SIZE**
Maximum of four students.
- **BRITISH ENGLISH**
The emphasis of the classes is conversation in British English. Native speaker will give classes.

For more information please contact
STUART GILES - (0442) 22-2036

INGLÊS. Aulas de conversação com professor britânico.

- **TEMPO MÁXIMO DE CONVERSAÇÃO**
Um método de ensino permite que o aluno utilize o tempo para o máximo de conversação.
- **SISTEMA "TOTAL LEARNING"**
Ajuda o aluno a sentir-se seguro para conversar, ouvir, ler e escrever em Inglês.
- **NÚMERO LIMITADO DE ALUNOS**
No máximo, quatro alunos por turma.
- **INGLÊS BRITÂNICO**
A ênfase das aulas é conversação em Inglês britânico – terra de origem do professor.

Para maiores informações contate
STUART GILES - (0442) 22-2036



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE MARINGÁ

ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA

DESEMPENHO DOS ESTILOS DE LIDERANÇA

Período: 23.01 a 31.01
Horário: 19h30min às 22h30min

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS

Período: 27.01 a 07.02
Horário: 19h30min às 22h30min

ARMAZENAGEM, EMBALAGEM E EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE ARMAZENAGEM

Período: 20.01 a 13.02
Horário: 19 às 22 horas
EMPACOTADOR PARA SUPERMERCADO
Período: 27.01 a 07.02
Horário: 14 às 17 horas

COMUNICAÇÃO

TELEFONISTA

Período: 16.01 a 10.04
Horário: 19 às 22 horas
ETIQUETA SOCIAL E PROFISSIONAL
Período: 20.01 a 24.01
27.01 a 31.01
Horário: 19 às 22 horas

MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SERVENTIA

ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO

Período: 20.01 a 13.02
Horário: 19h30min às 22h30min
SERVIÇOS DE COPA EM EMPRESA
Período: 27.01 a 07.02
Horário: 14 às 17 horas

INFORMÁTICA

OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR IBM/PC

Período: 15.01 a 20.02
Horário: 15h30min às 17h30min
SUPERCALC 4

Período: 23.01 a 24.02
Horário: 10 às 12 horas

OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR IBM/PC

Período: 27.01 a 05.03
Horário: 08 às 10 horas

TÉCNICA DE VENDA POR TELEFONE - TELEMARKETING

Período: 20.01 a 24.01
Horário: 19h30min às 22h30min
FORMAÇÃO DE VENDEDORES INTERNOS

Período: 22.01 a 10.03
Horário: 19 às 22 horas

NEGOCIAÇÃO BÁSICA PARA SUCESSO EM VENDAS

Período: 27.01 a 31.01
Horário: 19h30min às 22h30min

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Av. Colombo, 3.875
Fone: (0442) 24-5765
MARINGÁ - PARANÁ

Pense nisso

Boa alimentação: melhor desempenho profissional.

Nós, da Nutriself, achamos que a alimentação do trabalhador é fundamental para melhorar seu desempenho profissional.

É por isso que há mais de quinze anos nos preocupamos em servir uma refeição saborosa, nutritiva e equilibrada aos trabalhadores dos 24 restaurantes industriais que administramos nos estados do Paraná e São Paulo.

Pense Nisso.

Pense Nutriself.



Matriz: Londrina - Fone: (0432) 24-5115 - Fax (0432) 24-8332
Filial: Maringá - Fone: (0442) 62-2452 - Fax (0442) 23-5007

SESI

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

CURSOS PARA 1992

CORTE E COSTURA

Período: 17.02 a 08.06
Horário: 18h30min às 21h30min
Dias da semana: 2ª e 4ª feira

MOLETON

Período: 10.06 a 06.07
Horário: 18h30min às 21h30min
Dias da semana: 2ª e 4ª feira

ROUPAS DE VERÃO E ROUPAS DE BANHO

Período: 18.02 a 16.04
Horário: 14 às 17 horas
Dias da semana: 3ª e 5ª feira

ROUPAS INFANTIS

Período: 21.02 a 19.06
Horário: 14 às 17 horas
Dias da semana: 6ª feira

PEÇAS ÍNTIMAS

Período: 23.04 a 19.05
Horário: 14 às 17 horas
Dias da semana: 3ª e 5ª feira

BORDADOS À MÁQUINA E CHINELOS

Período: 21.05 a 02.07
Horário: 14 às 17 horas
Dias da semana: 3ª e 5ª feira

Natal em Maringá



A chave da sorte



SINDICATO
DO COMÉRCIO
DE MARINGÁ
"SINCOMM"



Campanha de Natal

Sete milhões em prêmios

O jantar de premiação do V Prêmio ACIM de Jornalismo, no dia 29 de novembro, no salão social da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB - marcou também o lançamento da campanha "Natal em Maringá - A Chave da Sorte". A apresentação da campanha foi feita pelo presidente do Conselho Deliberativo da ACIM, Carlos Ajita. Após conhecer o funcionamento e o regulamento, os presentes assistiram ao VT institucional da promoção.

A campanha teve início no dia 2 de dezembro, e vai até o dia 22. Durante este período 7 cheques-compras no valor de um milhão de cruzeiros serão distribuídos para quem comprar no comércio de Maringá. Serão 5 sorteios realizados em pontos diferentes da cidade; no primeiro e no último serão sorteados dois cheques de um milhão de cruzeiros. Os sorteios estão previstos para os dias 10, 13, 18, 20 e 22 de dezembro.

"CHAVE DA SORTE": Para participar da campanha, o consumidor deve comprar nas lojas identificadas com as bandeirolas e cartazes da promoção. Nestes locais cada Cr\$ 10 mil em compras darão direito a um cupom (até o limite de 5 cupons por compra). Nos dias de sorteio cada cupom será trocado por uma chave, para o participante tentar abrir a caixa da sorte, onde estará depositado o cheque de um milhão de cruzeiros.

A caixa da sorte é uma idéia inédi-

ta. Ela é toda feita de vidro e tem 8 portas. Ao todo são 500 chaves, mas apenas uma abre as portas. Nos sorteios 8 pessoas por vez farão suas tentativas até que uma das portas seja aberta e o consumidor contemplado. Após cada tentativa, as chaves são devolvidas para que o sorteio possa continuar e que os outros participantes tenham as mesmas chances. Segundo os organizadores da promoção, este sistema é garantido e seguro.

"INGAZINHO": Outro atrativo da campanha é o personagem Ingazinho. Vestido de papai noel, o Ingazinho, que é uma criação de Maurício de Souza para Maringá, foi incluído na campanha para dar "um toque de alegria".

Durante os 20 dias de duração serão exibidos VTs pelas emissoras de televisão da cidade, veiculados spots pelas emissoras de rádio locais, e anúncios em jornais e outdoors. Todo o material de divulgação foi criado e produzido em conjunto pelas agências Ecos Comunicação & Marketing e Gol Propaganda.

Criada para motivar o comércio e atrair o consumidor de Maringá e região, "A Chave da Sorte" nasceu da união de forças entre iniciativa privada e pública. Estão envolvidos na campanha a Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, o SINCOMM - Sindicato do Comércio de Maringá, os lojistas e a Prefeitura.



A melhor solução em móveis planejados

Para:

- apartamentos
- residências e
- escritórios



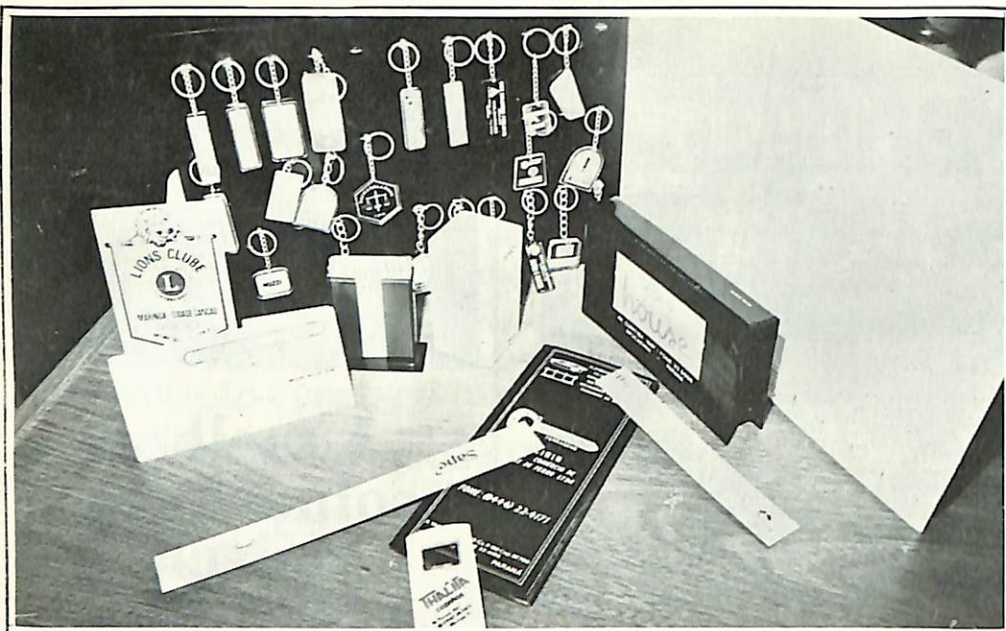
PROJETOS E ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO



PARANÁ MÓVEIS

R. Santos Dumont, 1933
Fone: (0442) 26-5665
MARINGÁ - PR

MÓVEIS PERSONALIZADOS SOB ENCOMENDA



Muitas empresas cortaram os brindes de fim de ano por causa da crise

Brindes

Mercado reflete a crise

O mercado de brindes de Maringá sofreu uma queda de mais de 50% em relação aos anos anteriores. Nos últimos 18 anos, nunca se viu uma crise tão grande como a atual. A fase é delicada e muitas empresas sobrevivem graças à tradição que conquistaram

As festas de fim de ano sempre trouxeram aquecimento para o mercado de brindes em todo o país. Nesta época as empresas costumam presentear seus principais clientes e fornecedores com a distribuição dos mais variados tipos de lembranças, que vão de um simples chaveiro até o esperado litro de uísque importado. Mas com a queda nas vendas do comércio, e as indefinições político-econômicas enfrentadas pelos empresários, os fabricantes de brindes esperam um final de ano difícil.

Na Wilbraz Indústria e Comércio de Brindes, de Maringá, a produção está mais de 50% abaixo do esperado para esta época do ano. "É como estar em plena colheita, e com máquinas paradas. É a primeira vez que eu vejo isto acontecer", diz Wilson Rodrigues Gatto, sócio-proprietário da Wilbraz, com a experiência de quem está há mais de 18 anos na atividade. Wilson Gatto culpa a indisposição generalizada em investir e o negativismo com esta que ele considera "a fase mais delicada" que o país já atravessou.

SUPÉRFLUO: Outro descontente com o movimento é Liseu Nora Ribeiro, da Jalís Indústria e Comércio de Brindes. Ele também diz que o movimento de sua empresa caiu mais da metade em relação ao mesmo período de 1990. Liseu explica que este ano, além do número de clientes ter caído, diminuiu também a quantidade de produtos nos pedidos. Este é mais um reflexo da crise, que obriga o empresário a cortar a compra de "supérfluos", como são considerados os brindes.

"Nosso setor é o primeiro a sentir a crise, e o último a deixá-la", garante o sócio-proprietário da Jalís. Acostumados nesta época do ano a trabalhar em três turnos, e até nos finais de semana, tanto Liseu quanto Wilson calculam que suas empresas têm serviço para, no máximo, até o final de novembro. Com tão pouca procura, os dois empresários estão preocupados com a saúde financeira dos seus empreendimentos. Eles garantem que, se não fosse a tradição que as empresas têm no mercado, pela primeira vez elas estariam trabalhando no vermelho.

FOLHINHAS: As gráficas da cidade só não sentem tanto a crise do setor porque a impressão de calendários e folhinhas é apenas "mais um serviço" prestado por elas. Mas há aqueles que em anos anteriores chegaram a pagar o 13º salário dos seus funcionários com o movimento de fim de ano. É o caso da Gráfica Boaventura, que nesta época via seu movimento aumentar em cerca de 30%. Hoje, segundo Shinji Gohara, as vendas são insignificantes. Ele é outro que afirma nunca ter visto uma queda como esta em 10 anos de experiência no ramo.

E não são só as vendas que andam ruins. As próprias gráficas estão deixando de enviar brindes. A Cidade Verde, por exemplo, distribuía cerca de 100 agendas por ano. Em 1991, a distribuição foi suspensa pelo alto custo do produto. "Se as coisas estão ruins na nossa casa, imagine aí fora então!", avalia Alcides Franco Filho, proprietário da Cidade Verde.

Já para Maria Luci Orlandini, da Intervin - Internacional de Vinhos - que vende vinhos personalizados - as vendas estão fracas, mas vão reagir até a segunda quinzena de dezembro. "Como sempre o brasileiro deixa as coisas para a última hora", diz com esperança.

**ESTÁ NA HORA
DE VOCÊ VOTAR
EM MARINGÁ**

**SE VOCÊ AINDA
NÃO VOTA EM
MARINGÁ, ESTÁ NA
HORA DE VOTAR.
FAÇA SEU TÍTULO
DE ELEITOR NA
ZONA ELEITORAL
DO FÓRUM DE
MARINGÁ.**

**Eleja sua cidade
Vote em Maringá**

APOIO:

**REVISTA
ACIM**

DEZEMBRO/91

Caderno Técnico

destaque e arquivar

Editores responsáveis:
Antonio Barison Martins
Hélio Aparecido Domingues
Isabela M^a P. P. Renzetti e
José Adirson Gianotto Nascimento

Correção Monetária do Balanço

DECRETO 332, DE 4-11-91
(DO-U DE 5-11-91)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e nº 8.200, de 28 de junho de 1991, DECRETA:

CAPÍTULO I DA CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO INPC

Art. 1º – Para efeito de determinar o lucro real – base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas jurídicas – a correção monetária das demonstrações financeiras será efetuada de acordo com as normas previstas neste Decreto.

Art. 2º – A correção monetária mencionada no artigo anterior terá por base o Fator de Atualização Patrimonial (FAP), cujo valor para o mês de janeiro de 1991 é Cr\$ 126,8621.

Parágrafo único – O valor em cruzeiros do FAP será atualizado mensalmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no mês.

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Subseção I Do Objetivo

Art. 3º – A correção monetária das demonstrações financeiras tem por objetivo expressar, em valores reais, os elementos patrimoniais e a base de cálculo do Imposto de Renda de cada período-base.

Parágrafo único – Não será admitido à pessoa jurídica utilizar procedimentos de correção monetária das demonstrações financeiras que descaracterizem os seus resultados, com a finalidade de reduzir a base de cálculo do imposto ou de postergar o seu pagamento.

Subseção II

Do Dever de Corrigir

Correção no Período-Base

Art. 4º – Os efeitos de modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do período-base serão computados na determinação do lucro real mediante os seguintes procedimentos:

I – correção monetária, na ocasião da elaboração do balanço patrimonial:

a) das contas do ativo permanente e respectiva depreciação, amortização ou exaustão, e das provisões para atender a perdas prováveis na realização do valor de investimentos;

b) das contas representativas do custo dos imóveis não classificados no ativo permanente;

c) das contas representativas das aplicações em ouro;

d) das contas representativas de adiantamentos a fornecedores de bens sujeitos à correção monetária, inclusive aplicação em consórcio, salvo se o contrato previr a indexação do crédito no mesmo período da correção;

e) das contas representativas de mútuo entre pessoas jurídicas coligadas, interligadas, controladoras e controladas ou associadas por qualquer forma, bem como dos créditos da empresa com seus sócios ou acionistas;

f) das contas devedora e credora representativas de adiantamentos para futuro aumento de capital;

g) das contas integrantes do patrimônio líquido;

II – registro, em conta especial, das contrapartidas dos ajustes de correção monetária de que trata o inciso I;

III – dedução, como encargo do período-base, do saldo da conta de que trata o inciso II, se devedor;

IV – cômputo no lucro real do sal-

do da conta de que trata o inciso II, se credor, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

Bens e Valores Baixados no Curso do Período-Base

Art. 5º – Os bens, direitos e demais valores sujeitos a correção monetária baixados no curso do PERÍODO-BASE serão corrigidos monetariamente segundo a variação do valor do FAP – ocorrida a partir do mês do último balanço corrigido até o mês em que a baixa for efetuada, e a contrapartida da correção será registrada na conta de que trata o inciso II do artigo anterior.

§ 1º – Os bens e valores acrescidos no curso do período-base serão corrigidos monetariamente segundo a variação do valor do FAP ocorrida a partir do mês do acréscimo até o mês em que a baixa for efetuada.

§ 2º – Serão corrigidas monetariamente, na forma deste artigo, as contas retificadoras correspondentes aos bens e valores baixados.

§ 3º – O disposto neste artigo não se aplica em relação aos imóveis de venda das empresas que se dediquem a compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis.

Balanço Intermediário

Art. 6º – Ressalvado o disposto no artigo anterior, a correção monetária das demonstrações financeiras somente terá efeitos fiscais quando efetuada ao final de período-base de incidência do Imposto de Renda. A incorporação, fusão ou cisão é também considerada como encerramento de período-base de incidência.

Parágrafo único – Para efeito de determinar o lucro real, o lucro apurado em balanço que não corresponda a encerramento de período-base de incidência não poderá ser corrigido monetariamente dentro do próprio período-

base em que foi produzido.

Subseção III

Dos Lucros ou Dividendos

Art. 7º – Os lucros ou dividendos pagos ou creditados por conta de resultado do período-base ainda não encerrado serão registrados em conta redutora do patrimônio líquido.

§ 1º – O saldo da conta redutora será corrigido monetariamente a partir do mês do pagamento ou crédito dos lucros ou dividendos.

§ 2º – A pessoa jurídica que receber os lucros ou dividendos antecipados, e cuja participação societária seja avaliada pelo valor de patrimônio líquido, deverá registrar o valor recebido em conta redutora do investimento a que se referir os rendimentos, também sujeita à correção monetária a partir do mês do pagamento ou crédito.

Art. 8º – A pessoa jurídica que distribuir lucros ou dividendos declarados no balanço de encerramento do período-base anterior pelo seu valor atualizado monetariamente poderá deduzir, como variação monetária passiva, a atualização monetária desses lucros ou dividendos efetuada até o mês do pagamento do crédito.

§ 1º – A pessoa jurídica que receber os lucros ou dividendos referidos neste artigo deverá registrar sua atualização monetária:

a) como variação monetária ativa, se a participação societária for avaliada pelo valor de patrimônio líquido;

b) como variação monetária ativa, se a participação societária for avaliada pelo custo de aquisição e o valor dos dividendos declarados houver sido computado como receita do período-base anterior;

c) como receita de lucros e dividendos nos demais casos.

§ 2º – O disposto na alínea "a" aplica-se no caso de lucros ou dividendos, recebidos no período-base, na hipótese de que trata o art. 2º do Decreto-lei nº 2.072, de 20 de dezembro de 1983.

Exercício da Correção

Art. 9º – Para os efeitos deste Decreto, considera-se exercício da correção o período entre o último balanço corrigido e o balanço a corrigir.

Art. 10 – O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, com base nos objetivos da correção monetária, está autorizado a baixar instruções:

I – quanto aos empreendimentos em fase de construção, implantação ou

pré-operacionais e aos bens vinculados às provisões técnicas de sociedades seguradoras e companhias de capitalização.

II – relativas a outras situações especiais, bem como em relação a operações efetuadas entre pessoas jurídicas coligadas, controladora e controladas, sob controle comum ou associadas por qualquer forma.

Subseção IV

Do Registro do Ativo Permanente

Art. 11 – O registro do ativo permanente da escrituração do contribuinte deve ser mantido com observância das seguintes normas:

I – cada bem classificado como investimento deve ser escriturado em subconta distinta;

II – os bens do imobilizado devem ser agrupados em contas distintas segundo sua natureza e as taxas anuais de depreciação ou amortização a eles aplicáveis; os imóveis, os recursos minerais e florestais e as propriedades imateriais deverão ser registrados em subcontas separadas;

III – as aplicações de recursos em despesas do ativo diferido devem ser registradas em subcontas distintas segundo a natureza, os empreendimentos ou atividades a que se destinam e o prazo de amortização.

Art. 12 – O contribuinte deve manter registros que permitam identificar os bens do imobilizado e determinar o ano da sua aquisição, o valor original e os posteriores acréscimos ao custo, reavaliações e baixas parciais a eles referentes.

§ 1º – Valor original do bem é a importância em moeda nacional pela qual a aquisição tenha sido registrada na escrituração do contribuinte. Os valores em moeda estrangeira serão convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do desembaraço aduaneiro.

§ 2º – O laudo que servir de base ao registro de reavaliação de bens deve identificar os bens reavaliados pela conta em que estão escriturados e indicar os anos da aquisição e das modificações no seu curso original.

Art. 13 – Se o registro do imobilizado não satisfizer ao disposto no artigo anterior, os bens baixados serão considerados como os mais antigos nas contas em que estiverem registrados.

Subseção V

Das Florestas e Direitos de sua Exploração

Art. 14 – Estão sujeitos à correção

monetária, nos termos deste Decreto:

I – as florestas que se destinam ao corte para comercialização, consumo ou industrialização;

II – os direitos contratuais de exploração de florestas, com prazo de exploração superior a dois anos;

III – as florestas destinadas à exploração dos respectivos frutos;

IV – as florestas destinadas à proteção do solo e à preservação do meio ambiente.

Parágrafo único – Para efeito de correção monetária, consideram-se valor original das florestas as importâncias efetivamente aplicadas, em cada período, na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e flores e na abertura e conservação de caminhos de serviços.

SEÇÃO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CORREÇÃO

Subseção I

Da Razão Auxiliar em FAP

Art. 15 – As pessoas jurídicas sujeitas à tributação com base no lucro real deverão manter livro Razão Auxiliar em FAP, no qual as contas sujeitas à correção monetária serão escrituradas adotando-se como unidade de conta o valor do FAP.

§ 1º – No período-base em que for iniciada a escrituração do Razão Auxiliar em FAP, os saldos de abertura das contas serão determinados mediante a divisão do saldo da escrituração transferido do balanço anterior pelo valor do FAP no mês desse balanço.

§ 2º – Em relação aos saldos das contas no balancete de 31 de janeiro de 1991, a conversão será efetuada com base no FAP de Cr\$ 126, 8621.

§ 3º – A escrituração da movimentação das contas deverá ser feita em partidas mensais e os lançamentos no Razão Auxiliar em FAP poderão ser feitos, em cada conta, pelo total dos débitos e créditos do mês.

§ 4º – A pessoa jurídica que, de acordo com o balanço de encerramento do último período-base, possuir patrimônio líquido com valor inferior ao equivalente a setecentos mil FAP fica dispensada da escrituração mensal do livro Razão Auxiliar em FAP, ficando obrigada a efetuar a somente por ocasião do levantamento do balanço a corrigir.

Subseção II

Da Transposição dos Lançamentos da Escrituração para o Razão

Auxiliar em FAP

Art. 16 – Na transposição para o Razão Auxiliar em FAP dos lançamentos da escrituração do exercício da correção, os valores registrados serão convertidos para número de FAP mediante sua divisão pelo valor do FAP, observadas as seguintes normas:

I – os ajustes, baixas, liquidações ou transferências de valores oriundos de período-base anterior serão convertidos para número de FAP pelo valor deste:

a) no mês do balanço do período-base anterior, quando não houver obrigatoriedade da correção prevista no art. 5º;

b) no mês em que ocorrer qualquer um dos eventos previstos neste inciso, quando houver obrigatoriedade da correção prevista no art. 5º;

II – as transferências, no período-base, entre contas sujeitas à correção serão convertidas para número de FAP pelo valor deste no mês do balanço do período-base anterior;

III – os valores acrescidos às contas no exercício da correção serão convertidos para número de FAP pelo valor deste no mês do acréscimo;

IV – os ajustes, baixas, liquidações ou transferências de valores acrescidos, no exercício da correção, às contas de investimentos, às contas do ativo diferido e às contas do patrimônio líquido serão deduzidos dos acréscimos, na ordem cronológica destes, e convertidos em número de FAP pelo valor deste no mês em que ocorrer qualquer um desses eventos;

V – o valor de patrimônio líquido de investimento em coligada ou controlada transferido do período-base anterior e as reduções desse valor, durante o exercício da correção, pelo recebimento de lucros ou dividendos, serão convertidos para número de FAP pelo valor deste no mês em que forem distribuídos;

VI – os lucros ou dividendos, recebidos durante o período-base, de participação societária avaliada pelo custo de aquisição, na hipótese a que se refere o art. 2º do Decreto-lei nº 2.072, de 1983, serão convertidos para número de FAP pelo valor deste no mês da distribuição.

Subseção III Da Baixa de Bens do Ativo Imobilizado

Art. 17 – Na baixa de bens do ativo imobilizado e dos respectivos encargos,

serão observadas as seguintes normas:

I – o valor do bem baixado será determinado mediante o seguinte procedimento:

a) serão identificados o valor original (art. 12, § 1º) e a época de aquisição do bem a ser baixado, inclusive dos acréscimos ao custo, e reavaliações ocorridas antes do início do período-base;

b) o valor do bem será convertido para FAP mediante sua divisão pelo valor deste no mês da aquisição e de cada acréscimo ao custo ou reavaliação, e o valor do bem em FAP será registrado como baixa no Razão Auxiliar em FAP;

c) a baixa na escrituração será feita pelo valor determinado mediante a multiplicação do valor do bem em FAP (alínea "b") pelo valor deste no mês em que a baixa for efetuada;

d) se tiver havido, no exercício da correção, acréscimo ao custo do bem baixado, esse acréscimo será adicionado:

1. ao valor de baixa de que trata a alínea "b", pelo seu valor em FAP;
2. ao valor de baixa de que trata a alínea "c", pelo seu valor em cruzeiros

determinado mediante a multiplicação de seu valor em FAP (número 1) pelo valor deste no mês em que a baixa for efetuada;

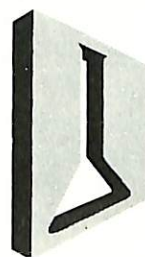
II – o valor da depreciação, amortização ou exaustão acumulada correspondente ao bem baixado será determinado mediante o seguinte procedimento:

a) com base na taxa anual do encargo e na época da aquisição e dos acréscimos ao custo e reavaliações do bem a ser baixado, será determinada a percentagem total da depreciação, amortização e exaustão até o balanço do período-base anterior;

b) a percentagem de que trata a alínea anterior será aplicada sobre o valor do bem em FAP no balanço do período-base anterior (inciso anterior, alínea "b"), e o produto será o valor dos encargos em FAP, a ser registrado no Razão Auxiliar em FAP;

c) se tiver havido, no exercício da correção, dedução de quotas de depreciação, amortização ou exaustão do bem baixado, os valores dessas quotas em FAP serão adicionados ao determinado nos termos da alínea anterior;

d) o valor a ser baixado na escritu-



LABORATÓRIO

são lucas

CENTRAL:

AV. PARIGOT DE SOUZA, 391 – FONE: (0442) 24-5344

POSTO AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES

AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES, 680 – FONE: (0442) 24-0380

MARINGÁ-PR

ração será o produto dos encargos expressos em FAP (alíneas "b" e "c") pelo valor do FAP no mês em que a baixa for efetuada.

Subseção IV

Das Quotas de Depreciação, Amortização e Exaustão

Art. 18 – As quotas de depreciação, amortização e exaustão a serem registradas na escrituração como custo ou despesa operacional serão determinadas com base no Razão Auxiliar em FAP, observadas as seguintes normas:

I – a quota anual em FAP será o produto da taxa anual de depreciação ou amortização, ou da percentagem de exaustão, sobre o valor do bem em FAP constante do Razão Auxiliar em FAP;

II – a quota mensal em FAP será igual ao valor apurado conforme o item 1 dividido pelo número de meses do período-base ou pelo número de meses desde a data do acréscimo até o encerramento do período-base;

III – a quota em FAP será registrada na conta do encargo do Razão Auxiliar em FAP, e o montante da quota a ser lançado na escrituração será determinado mediante a conversão da quota em FAP para cruzeiros:

a) pelo valor do FAP em cada mês, se registrada em duodécimos mensais;

b) pelo valor médio do FAP no exercício da correção, se registrada por ocasião do balanço do encerramento do período.

§ 1º – A quota anual em FAP será ajustada proporcionalmente no caso de período-base com duração inferior a doze meses, e de bem acrescido ao ativo, ou dele baixado, no curso do período-base.

§ 2º – No caso de acréscimo ao custo de bem existente no início do período-base e de bem acrescido ao ativo durante o período-base, a conversão da quota em FAP para cruzeiros será feita nos termos da alínea "a" do inciso III ou pelo valor médio do FAP no período compreendido entre o mês do acréscimo e o mês do balanço objeto da correção.

Subseção V

Da Correção no Balanço

Art. 19 – Por ocasião do levantamento do balanço, os saldos corrigidos das contas da escrituração comercial serão determinados mediante a conversão para cruzeiros dos saldos do Razão Auxiliar em FAP, com base no valor do FAP no mês do balanço a corrigir.

Parágrafo único – Os saldos das contas da escrituração serão ajustados aos saldos corrigidos, determinados nos termos deste artigo, mediante lançamentos nas próprias contas, cuja contrapartida será debitada ou creditada à conta de que trata o inciso II do art. 4º, exceto a correção da conta do capital integralizado, que será creditada à conta especial de reserva de capital.

SEÇÃO III

DA TRIBUTAÇÃO DO SALDO CREDOR DA CONTA DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Subseção I

Da Tributação na Realização

Art. 20 – O saldo credor da conta de correção monetária de que trata o inciso II do art. 4º será computado na determinação do lucro real, mas o contribuinte terá opção para diferir, com observância do disposto nesta Seção, a tributação do lucro inflacionário não realizado.

Subseção II

Do Lucro Inflacionário

Art. 21 – Considera-se lucro inflacionário, em cada período-base, o saldo credor da conta de correção monetária ajustado pela diminuição das variações monetárias e das receitas e despesas financeiras computadas no lucro líquido do período-base.

§ 1º – O ajuste será procedido mediante a dedução do saldo credor da conta de correção monetária, de valor correspondente à diferença positiva entre a soma das despesas financeiras com as variações monetárias passivas e a soma das receitas financeiras com as variações monetárias ativas.

§ 2º – Lucro inflacionário acumulado é a soma do lucro inflacionário do período-base com o saldo de lucro inflacionário a tributar transferido do período-base anterior.

§ 3º – O lucro inflacionário a tributar será registrado em conta especial do livro de Apuração do Lucro Real, e o saldo transferido do período-base anterior será corrigido monetariamente, com base na variação do valor do FAP entre o mês do balanço de encerramento do período-base anterior e o mês do balanço do exercício da correção.

Subseção III

Do Lucro Inflacionário Realizado

Art. 22 – Em cada período-base considerar-se-á realizada parte do lucro inflacionário acumulado propor-

cional ao valor, realizado no mesmo período, dos bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária.

§ 1º – O lucro inflacionário realizado no período será calculado de acordo com as seguintes normas:

a) será determinada a relação percentual entre o valor dos bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária, realizados no período-base, e a soma dos seguintes valores:

1. a média do valor contábil do ativo permanente no início e no fim do período-base;

2. a média do saldo das demais contas do ativo sujeitas à correção monetária (art. 4º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e" e "f") no início e no fim do período-base;

b) o valor dos bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária realizado no período-base será a soma dos seguintes valores:

1. custo contábil dos imóveis existentes no estoque no início do período-base e baixados no curso deste;

2. valor contábil, corrigido monetariamente até o mês da baixa, dos demais bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária e baixados no curso do período-base;

3. quotas de depreciação, amortização e exaustão computadas como custo ou despesa operacional do período-base;

4. lucros ou dividendos, recebidos no período-base, de quaisquer participações societárias registradas como investimento;

c) o montante do lucro inflacionário realizado no período-base será determinado mediante a aplicação da percentagem de que trata a alínea "a" sobre o lucro inflacionário acumulado (art. 21 § 2º).

§ 2º – O contribuinte que optar pelo diferimento da tributação do lucro inflacionário não realizado deverá computar na determinação do lucro real o montante do lucro inflacionário realizado (parágrafo anterior) ou o valor determinado de acordo com o disposto no art. 23, e excluir do lucro líquido do período-base o montante do lucro inflacionário do período-base (art. 21).

Art. 23 – A pessoa jurídica deverá considerar realizado, em cada período-base, no mínimo cinco por cento do lucro inflacionário acumulado, quando o valor assim determinado resultar superior ao apurado de acordo com o §

1º do artigo anterior.

Parágrafo único – É facultado ao contribuinte considerar realizado valor de lucro inflacionário acumulado superior ao determinado na forma deste artigo ou do § 1º do art. 22.

Art. 24 – O saldo do lucro inflacionário acumulado, depois de deduzida a parte computada na determinação do lucro real, será transferido para o período-base seguinte.

Art. 25 – Nos casos de incorporação, fusão ou cisão total, a pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida deverá considerar integralmente realizado o lucro inflacionário acumulado. Na cisão parcial, a realização será proporcional à parcela do ativo sujeito à correção monetária que tiver sido vertida.

Art. 26 – Quando a pessoa jurídica deixar de apresentar declaração de rendimentos com base no lucro real, o lucro inflacionário acumulado será tributado, integralmente, no exercício financeiro em que ocorrer a alteração do regime de tributação.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 – A baixa de investimento relevante e influente em sociedade coligada ou controlada deve ser precedida da correção monetária e avaliação pelo valor de patrimônio líquido, com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação da coligada ou controlada, levantado na data da alienação ou liquidação ou até trinta dias, no máximo, antes dessa data.

Art. 28 – Os valores que devam ser computados na determinação do lucro real de período-base futuro, registrados no livro de Apuração do Lucro Real, serão corrigidos monetariamente até o balanço do período-base em que ocorrer a respectiva adição, exclusão ou compensação.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO INPC

Art. 29 – A correção monetária com base no INPC será efetuada a partir do mês de fevereiro de 1991.

Art. 30 – Será admitida a correção monetária procedida nos balanços que serviram de base para incorporação, fusão ou cisão efetuada a partir de fevereiro de 1991 até a data de publicação deste Decreto, desde que efetuada com base na variação do INPC.

§ 1º – Nos casos em que não tenha sido efetuada a correção monetária de que trata este artigo, deverão ser observados os seguintes procedimentos, no primeiro balanço de encerramento de período-base subsequente à incorporação, fusão ou cisão:

a) a sociedade resultante de fusão, ou a que tenha incorporado outra, efetuará correção monetária desde o último balanço de encerramento de período-base da sociedade fusionada ou incorporada, anterior à fusão ou incorporação;

b) a sociedade resultante de cisão ou a que tenha absorvido parcela de patrimônio de sociedade cindida efetuará correção monetária desde o último balanço de encerramento de período-base da cindida, anterior à cisão;

c) a sociedade cindida efetuará a correção monetária, sobre a parcela remanescente do patrimônio, desde o último balanço de encerramento de período-base anterior à cisão.

§ 2º – A parcela de patrimônio líquido que corresponder a resultado apurado na incorporação, fusão ou cisão somente será corrigida monetariamente a partir da data do balanço que serviu de base a qualquer um desses eventos.

Art. 31 – Os bens e valores registrados em contas do ativo permanente e patrimônio líquido, baixados entre 31 de janeiro de 1991 e a data de publicação deste Decreto, poderão ser, à opção de pessoa jurídica, corrigidos monetariamente até o mês de baixa.

Parágrafo único – A correção monetária de que trata este artigo é obrigatória nos casos em que a baixa tenha sido efetuada em virtude de transferência, a qualquer título, dos bens e valores para o patrimônio de pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada, sob o mesmo controle ou associadas por qualquer forma.

CAPÍTULO II

DA CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NO INPC

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 – As pessoas jurídicas que, no exercício financeiro de 1991, período-base de 1990, tenham determinado o Imposto de Renda com base no lucro real, deverão proceder a correção monetária das demonstrações financeiras desse período com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

§ 1º – A correção monetária será

efetuada com relação a todas as contas do ativo sujeitas a correção monetária do patrimônio líquido ou, à opção da pessoa jurídica, exclusivamente em relação aos bens e direitos do ativo permanente e aos saldos das contas do patrimônio líquido constantes do balanço de encerramento do período-base.

§ 2º – Os valores do patrimônio líquido, baixados no ano de 1990, serão corrigidos até o mês da baixa.

§ 3º – A pessoa jurídica que tenha recebido lucros ou dividendos corrigidos na forma do parágrafo anterior deverá corrigir o investimento, se avaliado pelo valor de patrimônio líquido, até o mês da distribuição.

§ 4º – A correção monetária deverá ser registrada contabilmente no curso do período-base de 1991, mas referida a 31 de dezembro de 1990.

Art. 33 – A diferença, em relação ao ano de 1990, entre a correção com base no IPC e no BTN Fiscal será apurada na forma a seguir:

I – aplicar sobre o valor de cada bem ou direito do ativo sujeito a correção monetária e sobre o saldo de cada conta do patrimônio líquido, o IPC acumulado relativo:

a) a todo o ano de 1990, quando os valores referidos tenham constado dos balanços de encerramento dos períodos-base de 1989 e 1990;

b) ao período a partir do mês em que os valores tenham sido acrescidos ao patrimônio da empresa, até o encerramento do período-base de 1990;

c) ao período desde o início do período-base até o mês da baixa, nas hipóteses dos §§ 2º e 3º do artigo anterior;

II – diminuição, do valor apurado segundo o inciso I, o valor corrigido com base no BTN Fiscal até as datas mencionadas nas alíneas do mesmo inciso I.

§ 1º – A diferença relativa a bem ou direito do ativo será escriturada em conta ou subconta distinta da que registra o valor original, corrigido com base no BTN Fiscal, em contrapartida a uma conta especial de correção monetária com base no IPC, cujo saldo final será transferido para conta de patrimônio líquido.

§ 2º – A diferença relativa às contas do patrimônio líquido será registrada nessas mesmas contas, exceto a correção do capital integralizado que será registrada em conta especial de reserva

de capital, em contrapartida à conta especial de correção monetária.

§ 3º – Para efeito de correção monetária a partir do período-base de 1991, a diferença correspondente a cada conta do ativo, do patrimônio líquido, bem como o saldo da conta especial de correção monetária serão convertidos em número de BTN Fiscal pelo valor deste de Cr\$ 103,5081.

SEÇÃO II

DA CORREÇÃO NOS CASOS DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

Art. 34 – Nos casos de incorporação, fusão ou cisão ocorridos em 1990, a correção monetária será efetuada em relação a todo o patrimônio sujeito a correção monetária da pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida, reportando-se ao mês do balanço que serviu de base à apuração do lucro real correspondente ao evento.

§ 1º – A diferença de correção, bem como o saldo final da conta especial de correção monetária serão escriturados, nas pessoas jurídicas sucessoras, nos casos de incorporação, fusão ou cisão total, observadas as disposições dos arts. 32 e 33.

§ 2º – A diferença de correção relativa às contas do patrimônio líquido serão creditadas a uma conta de reserva de capital, exceto quanto à reserva de reavaliação, que será creditada a subconta distinta dessa própria conta.

§ 3º – Tratando-se de cisão total, o saldo da conta especial de correção monetária será distribuído proporcionalmente ao valor dos bens e direitos do ativo sujeitos a correção monetária, vertidos para cada sucessora.

§ 4º – Tratando-se de cisão parcial, a parcela do saldo da conta especial de correção monetária correspondente à pessoa jurídica cindida será proporcional ao valor dos bens e direitos do ativo sujeito a correção monetária que nela remanescer.

§ 5º – A correção monetária relativa ao período desde a data do balanço de que trata este artigo até 31 de dezembro de 1990 será procedida na sucessora e aplicar-se-á inclusive aos valores correspondentes à correção até a data do referido balanço.

Art. 35 – Nas incorporações, fusões ou cisões ocorridas em 1991, anteriormente à escrituração da correção monetária pelo IPC, esta será efetuada em relação a todo o patrimônio sujeito a correção monetária da pessoa jurídica

ca incorporada, fusionada ou cindida, reportando-se a 31 de dezembro de 1990, observado o disposto nos arts. 32 e 33 e nos §§ 1º e 4º do artigo anterior.

Art. 36 – Nas incorporações, fusões ou cisões efetuadas após a escrituração da correção monetária pelo IPC as transferências de valores para as sucessoras deverão ser efetuadas com observância do disposto no art. 33 e nos §§ 1º a 4º do art. 34.

SEÇÃO III

DA CORREÇÃO NO CASO DE REAVALIAÇÃO

Art. 37 – Nos casos de reavaliação de bens ou direitos do ativo permanente no curso do período-base de 1990, a pessoa jurídica observará as seguintes instruções:

I – tratando-se de reavaliação referida ao mês de encerramento do período-base, a pessoa jurídica corrigirá o valor contábil do bem ou direito antes do registro da reavaliação, na forma disposta nos arts. 32 e 33, e registrará a diferença a maior entre o valor assim encontrado e o valor contábil do bem ou direito nele incluída a reavaliação, no balanço de encerramento do período-base de 1990;

II – no caso de reavaliação referida a qualquer outro mês do período-base, a pessoa jurídica apurará a diferença a maior entre o valor do bem corrigido pelo IPC até o mês a que se referir a reavaliação e o valor do mesmo bem ou direito corrigido pelo BTN Fiscal e acrescido da reavaliação; a diferença a maior, se apurada, será adicionada àquela apurada pela correção do valor contábil do bem ou direito a partir do mês da reavaliação até o encerramento do período-base.

SEÇÃO IV

DO TRATAMENTO FISCAL DO RESULTADO DA CORREÇÃO

Art. 38 – O resultado da correção monetária das demonstrações financeiras, que corresponder à diferença verificada no período-base de 1990, entre a variação do IPC e o BTN Fiscal, terá o seguinte tratamento fiscal:

I – poderá ser excluído do lucro líquido na determinação do lucro real, em quatro períodos-base consecutivos, a partir do período-base de 1993 até o de 1996, à razão de vinte e cinco por cento por período-base, quando se tratar de saldo devedor;

II – será adicionado na determinação do lucro real, a partir do período-

base encerrado de 1993, de acordo com as normas de realização do lucro inflacionário do período-base (arts. 22 e 23) quando se tratar de saldo credor.

Parágrafo único – Na determinação do saldo credor a ser adicionado na forma do inciso II, a pessoa jurídica deverá somar o saldo credor correspondente à diferença de correção referida neste artigo ao lucro inflacionário acumulado transferido do período-base de 1992.

Art. 39 – Para fins de determinação do lucro real, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou do custo do bem baixado a qualquer título, que corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal somente poderá ser deduzida a partir do exercício financeiro de 1994, período-base de 1993.

§ 1º – Os valores a que se refere este artigo, computados em conta de resultado anteriormente ao período-base de 1993, deverão ser adicionadas ao lucro líquido, para determinação do lucro real.

§ 2º – As quantias adicionadas serão controladas na parte "B" do livro de Apuração do Lucro Real, para exclusão a partir do exercício financeiro de 1994, corrigidas monetariamente com base no INPC.

SEÇÃO V

DA CORREÇÃO DOS VALORES REGISTRADOS NO LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Art. 40 – Os valores que constituíam adição, exclusão e compensação a partir do período-base de 1991, registrados na parte "B" do livro de Apuração do Lucro Real, desde o balanço de 31 de dezembro de 1989, serão corrigidos na forma deste Capítulo, e a diferença de correção será registrada em folha própria do livro, para adição, exclusão ou compensação na determinação do lucro real, a partir do período-base de 1993.

§ 1º – Tratando-se de prejuízos fiscais, a diferença de correção será compensada em quatro períodos-base, a razão de vinte e cinco por cento ao ano, a partir do período-base de 1993 até o de 1996.

§ 2º – Somente poderá ser deduzida a diferença de correção monetária relativa ao ano de 1990, de prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1989, se a pessoa jurídica tiver lucro

real nos períodos-base encerrados de 1990 a 1993 suficiente, em cada ano, para a compensação dos valores corrigidos pelo IPC em 1990 e pelo INPC nos anos seguintes.

§ 3º – O valor da adição relativa à diferença de correção do lucro inflacionário a tributar será computada na determinação do lucro real de acordo com o critério utilizado para a determinação do lucro inflacionário realizado, a partir do período-base de 1993.

§ 4º – Na hipótese das demais adições, deverão ser observadas as condições previstas na legislação de regência, devendo os efeitos correspondentes aos períodos-base de 1991 e 1992 ser reconhecidos no período-base de 1993.

SEÇÃO VI DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Art. 41 – O resultado da correção monetária de que trata este Capítulo não influirá na base de cálculo da contribuição social (Lei nº 7.689/88) e do Imposto de Renda na fonte sobre o lucro líquido (Lei nº 7.713/88, art. 35).

§ 1º – Caso o resultado seja credor, sua distribuição a sócio ou acionista pessoa física acarretará a cobrança do Imposto de Renda na fonte, calculado segundo o previsto no art. 25 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, devendo essa incidência ocorrer, também, na hipótese da redução do capital aumentado com parcela do referido resultado, na proporção do valor da redução.

§ 2º – Os valores a que se refere o artigo 39, computados em conta de resultado, deverão ser adicionados ao lucro líquido na determinação da base de cálculo da contribuição social (Lei nº 7.689/88) e do Imposto sobre o lucro líquido (Lei nº 7.713/88, art. 35).

§ 3º – Não será atribuído custo às ações ou quotas recebidas em bonificação pelos acionistas ou sócios em razão da capitalização do saldo credor da correção monetária das contas referidas neste Capítulo.

SEÇÃO VII DO ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES

Art. 42 – No caso de encerramento de atividades antes do ano de 1993, as parcelas dos custos dos bens ou direitos baixados, a qualquer título, inclusive por depreciação, amortização ou exaustão, correspondentes a diferença

da correção monetária entre o IPC e o BTN Fiscal, não poderão ser deduzidas nem excluídas na determinação do lucro real do período-base do encerramento.

Art. 43 – Não produzirá efeitos fiscais a parcela da diferença da correção monetária dos valores registrados na parte "B" do livro de Apuração do Lucro Real, no caso de encerramento de atividades em período-base anterior àquele em que não estiver previsto ou autorizado o cômputo do valor da parcela na apuração do lucro real.

CAPÍTULO III DA CORREÇÃO ESPECIAL DO ATIVO PERMANENTE SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 – As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão efetuar correção monetária especial das contas do ativo permanente, com base em índice que reflita, a nível nacional, variação geral de preços.

§ 1º – A pessoa jurídica que optar por fazer a correção especial deverá efetuar-a após a correção de que trata o Capítulo II.

§ 2º – Para efeito dessa correção,

será levantado um balancete com data de 31 de janeiro de 1991, no qual as contas do ativo permanente, após corrigidas na forma do Capítulo II, serão atualizadas com base no BTN Fiscal de Cr\$ 126,8621.

§ 3º – A correção especial será efetuada com base em índice que atenda o disposto neste artigo, escolhido pela pessoa jurídica.

§ 4º – O índice escolhido será aplicado consistentemente a todas as contas escolhidas para serem corrigidas, podendo retroagir ao período-base que for conveniente à pessoa jurídica.

§ 5º – A correção especial poderá ser escriturada até 31 de dezembro de 1991, mas referida a 31 de janeiro de 1991.

§ 6º – A diferença relativa a essa correção será debitada em subconta distinta da que registra o bem ou direito e a contrapartida será creditada a uma conta de reserva especial do patrimônio líquido.

Art. 45 – A diferença relativa à correção de que trata este Capítulo será determinada na forma a seguir:

I – aplicar o índice escolhido sobre o valor de cada bem ou direito do ativo

?

O que você faria se!

- A tia do cafezinho de repente precisasse afastar-se do serviço temporariamente?
- A tia da limpeza precisasse faltar 3 dias consecutivos?
- O carpet estivesse necessitando de uma lavagem mecânica?
- As esquadrias de alumínio dos vidros estivessem amareladas?

Se você não tem uma resposta imediata, anote o nosso telefone em sua agenda e conte com nossos 23 anos de tradição em LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.



EMPRESA DE ASSEIO

MARINGÁ - Fone: (0442) 22-8223 - LONDRINA - Fone: (0432) 24- 5115

permanente, constante do patrimônio da empresa na data da correção;

II – diminuir, do valor apurado segundo o inciso I, o valor do bem ou direito no balancete a que se refere o § 2º do art. 44.

§ 1º – No caso de bem ou direito que houver sido objeto de reavaliação será considerado como correção especial a quantia que exceder a todo o valor da conta que registra o bem ou direito, inclusive o acréscimo decorrente da reavaliação.

§ 2º – A diferença apurada poderá ser deduzida para efeito do lucro real, da contribuição social (Lei nº 7.689/88) e do imposto incidente na fonte sobre o lucro líquido (Lei nº 7.713/88, art. 35) mediante alienação, amortização, exaustão ou baixa a qualquer título do bem ou direito.

§ 3º – O valor da reserva especial, mesmo que incorporado ao capital, será adicionado ao lucro líquido, na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social e do imposto incidente na fonte sobre o lucro líquido, proporcionalmente à realização dos bens ou direitos mediante alienação, depreciação, amortização,

exaustão ou baixa a qualquer título.

§ 4º – A capitalização da reserva especial não implicará a sua realização para efeitos fiscais.

Art. 46 – A correção especial não se aplica em relação a investimentos avaliados pelo valor do patrimônio líquido.

Parágrafo único – A contrapartida do ajuste de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, decorrente da correção especial efetuada por coligada ou controlada, deverá ser registrada, pela investidora, em conta de reserva especial, que terá o mesmo tratamento tributário aplicável à reserva de reavaliação.

SEÇÃO II DA CORREÇÃO ESPECIAL NOS CASOS DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

Art. 47 – Nos casos de incorporação, fusão ou cisão os saldos das contas e subcontas relativas à correção especial, inclusive a de reserva especial, terão na sucessora o mesmo tratamento tributário que teriam na empresa sucedida.

Parágrafo único – Nos casos de cisão será transferida para a sucessora que absorver bem ou direito do ativo permanente:

a) o saldo da subconta relativa à correção especial do referido bem ou direito;

b) parcela da reserva especial proporcional ao valor dos bens ou direitos transferidos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48 – O Departamento da Receita Federal, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil – BACEN e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), observada a competência específica de cada órgão, ficam autorizados a baixar normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único – As normas baixadas pela CVM, BACEN ou SUSEP deverão ser observadas pelas pessoas jurídicas sujeitas à orientação normativa desses órgãos.

Art. 49 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PERSPECTIVAS POSITIVAS

Apesar de todas as dificuldades vividas pelo País e, é claro, também pela agricultura, a Cocamar insistiu sempre no otimismo, na mentalidade positiva e na vontade de crescer.

Este ano, vários projetos de grande alcance econômico e social começaram a ser viabilizados na região. O condomínio têxtil, no noroeste, e a implantação de uma moderna pecuária leiteira nas cercanias de Maringá, são alguns deles.

O programa de citricultura, assim como as feculares de mandioca, avançam rapidamente.

Este é a nossa resposta à crise.

E as perspectivas para 1992, apesar de tudo, não se apresentam tão assustadoras como se faz pensar.

Nós, afinal, confiamos em Deus.

E, no que depender de trabalho, garra e vontade de vencer os desafios, a cooperativa e seus 16 mil associados não vão deixar nunca a peteca cair.



feita pela cooperado.

ESTÁ NA HORA DE MOSTRAR QUEM VOCÊ É

SE VOCÊ TEM 16
ANOS, NÃO DEIXE
DE VOTAR.
PROCURE A ZONA
ELEITORAL DO
FÓRUM DE
MARINGÁ E FAÇA
SEU TÍTULO DE
ELEITOR.

Mostre quem você é
Vote aos 16 anos

APOIO:

REVISTA

ACIM

Uma ponte para o mercado externo

A localização geográfica de Maringá vai proporcionar a instalação, em breve, de uma Estação Aduaneira do Interior, mais conhecida como Porto Seco. Esta Estação Aduaneira é uma zona alfandegária que garante as mesmas facilidades que aeroportos e portos marítimos proporcionam no trânsito de produtos vindos ou destinados ao mercado externo.

No Porto Seco haverá maior facilidade na emissão das guias de importação e exportação, serão tomadas as providências para o desembaraço na liberação das mercadorias, além de possibilitar a redução nos custos de embalagem dos lotes vendidos, e até do frete marítimo. Tudo isso será possível porque a estrutura do Porto Seco prevê o funcionamento de postos da Carteira de Comércio Exterior - Cacex - do Banco do Brasil, da Receita Federal, DER, e outros mais.

Tudo para que o exportador e o importador possam enviar ou receber seus produtos sem a preocupação de viajar mais de mil quilômetros para, por exemplo, corrigir uma guia que tenha sido preenchida incorretamente. Isso demanda tempo e gastos adicionais aos empresários hoje em dia.

TRANSPORTE BARATO: Outro fator que possibilitou a criação de um Porto Seco em Maringá é o fato de a cidade ser servida pelo meio de transporte mais barato do mundo: o ferroviário. Com os containers sendo carregados por aqui, os fretes sofrerão uma sensível redução de preço, porque a Rede Ferroviária Federal poderá ser utilizada como meio de acesso a qualquer um dos principais portos do país.

Além desta facilidade, com o Porto Seco os empresários terão mais agilidade em situações de emergência, como uma paralisação dos portos. Nestas ocasiões, como as mercadorias estarão depositadas em Maringá, tudo ficará mais fácil porque bastará transferir o embarque para outro local. Isso poderá ser feito sem a necessidade de pagamento de um frete extra.

A expectativa também é grande em torno da movimentação do merca-

do de mão-de-obra local que o Porto vai promover. A estrutura paralela necessária para seu funcionamento exigirá a formação e a instalação de várias empresas especializadas no setor. Necessariamente deverão vir para Maringá transportadoras de containers, agências de companhias marítimas, empresas de operação de trânsito, agentes de câmbio, especialistas em embalagens, entre outras.

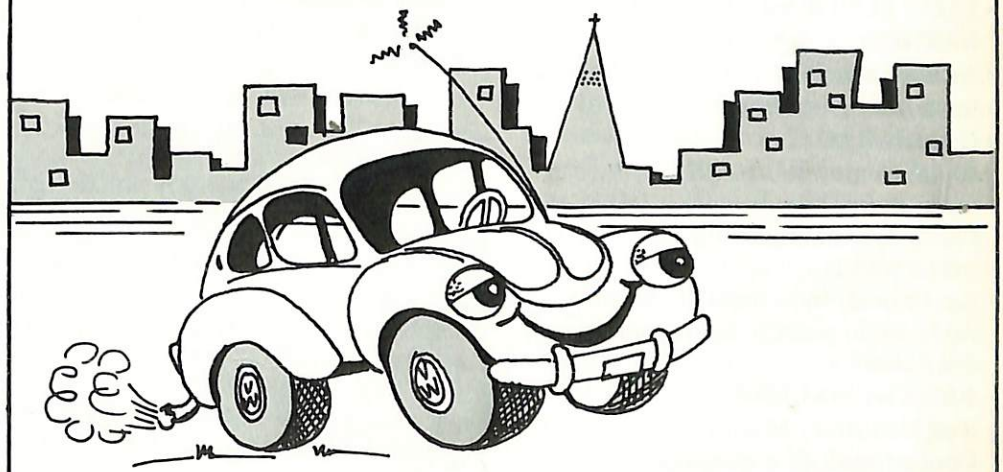
"PRATA DA CASA": Para a administração de todo este complexo, o governo federal exige a criação de uma empresa, que já está em fase de estruturação e legalização. Esta empresa deverá ser formada entre 17 sócios, muitos já confirmados: Cocamar, Frigorífico e Curtume Central, Ingá Stévia, Interven, além do empresário João Noma. O investimento inicial deverá ser da ordem

de US\$ 170 mil.

A princípio esta empresa seria de capital aberto, com a participação da prefeitura de Maringá. Mas o prefeito Ricardo Barros decidiu que o município não deveria participar efetivamente da iniciativa. Assim, ficou resolvido que a prefeitura dará todo o apoio necessário para a efetivação do projeto. Assim, já foram realizados estudos de viabilidade econômica e mantidos contatos com o governo federal. O grupo já pesquisa também um local para a instalação dos armazéns. A intenção é instalar o Porto Seco nos antigos armazéns do IBC. O local reúne todas as condições para o funcionamento do Porto, porque os prédios foram planejados especificamente para a armazenagem. E, além disso, a linha férrea passa pelo local.

A data para o início das atividades do Porto Seco ainda não está definida. Segundo Remo Longo, diretor de Desenvolvimento Econômico e Regional da prefeitura, ainda faltam alguns trâmites legais. Mas, as previsões são que em 1992 Maringá já estará contando com seu Porto Seco e com isso poderá ter novas perspectivas de comércio com o mercado externo.

Uma oficina de bom humor tem que gerar a melhor expressão !



Dama S/A, Serviço Autorizado Volkswagen,
Testado e Aprovado.

Aqui, quem dá o show é um conjunto afinadíssimo em Sol Maior. Todo o brilho que seu carro merece, Peça por peça.



Dama

DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.
Av. Paraná, 1222 - Fone: 24-7133



- **CASA SÃO PAULO**
Av. Colombo, 1794 - fone: 22-5350
Com. de mat. elétricos e de constr.
- **MARINGÁ CONFECÇÕES**
Av. Morangueira, 106 - fone: 23-1940
Com. de tecidos, confecções e calçados
- **ANTARES ASSESSORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR**
Av. Brasil, 3772 - fone: 22-1135
Prestação de serviços, despachos de exportação e importação
- **MAYFAZ**
Av. Mauá, 1647 - fone: 22-8665
Fábrica de snooker mirim e peabolim.
- **USINA JULINA**
Gleba Chapecó, lote 246
fone: 24-1342
Produção de açúcar cristal branco e álcool
- **LIVRARIA E GALERIA POPY**
Rua Guaiapó, 299 - fone: 28-6663
Com. varejista de papel, artigos escol., escrit.
- **COLÉGIO OBJETIVO**
Av. Guedner, 456 - fone: 22-6869
Estabelecimento de ensino
- **M.W.A. PORTÕES ELETRÔNICOS**
Av. Colombo, 5768 - fone: 24-8803
Metalúrgica e com. de equipamentos eletrônicos
- **CONFECÇÕES FERREIRA BRANCO**
Av. Colombo, 5554-A - fone: 24-2862
Indústria de confecções
- **O CASARÃO**
Av. 15 de novembro, 492
fone: 22-6903
Pizzaria, restaurante
- **SOLENEVE**
Av. Paraná, 466 - fone: 26-3949
Agência de passagens, viagens e turismo
- **RENATA MALHAS**
Rua Néu Alves Martins, 2075
Com. atacadista e varejista de tecidos, malhas, armarinhos
- **VENEZA CALÇADOS**
Av. Mandacaru, 458-B - fone: 23-4590
Com. varejista de calçados, vestuário, armarinhos
- **FORÇA & LUZ**
Av. Pedro Taques, 476 - fone: 26-3033
Com. de mat. elétricos e eletrônicos
- **COM. DE MÁQUINAS E MAT. GRÁFICOS**
Av. Brasil, 697 - fone: 22-7838
Com. de máquinas e mat. gráficos
- **CASAROTO**
Av. Brasil, 6969 - fone: 24-1977
Com. de mat. de constr.
- **BRASTEMP FASHION**
Rua Santos Dumont, 3187
fone: 62-1321
Com. varejista de eletrodomésticos
- **AÇOS MUNDIAL**
Av. Mauá, 935 - fone: 23-4551
Com. varejista e atacadista de ferro e aço e mat. p/ constr.
- **MARINGÁ NÁUTICA**
Av. Morangueira, 2385 - fone: 28-2782
Industrialização de fibras de vidro
- **ORGANTEL**
Av. Brasil, 2563 - fone: 26-4674
Com. de máquinas e equipamentos p/ escrit.
- **ANNA PEGOVA**
Av. São Paulo, 47 loja 02
fone: 23-6814
Com. de cosméticos repres. comerciais
- **DISTAK CALÇADOS E CONFECÇÕES**
Av. Pedro Taques, 2135
Com. varejista de calçados e confecções
- **GRUPO MOCHI**
Av. Brasil, 3746 - fone: 22-1300
Com. de automóveis, sementes e adubos
- **LODE**
Rua Joubert de Carvalho, 266
fone: 23-2364
Com. de confecções
- **SPACIAL LINHAS**
Av. Londrina, 411 - fone: 28-8188
Com. de armarinhos em geral
- **MANRATHA BABY**
Av. Pedro Taques, 1871
fone: 28-3260
Com. de confecções infantis
- **CLAUDE BERGÈRE**
Rua Piratininga, 134 - fone: 26-4487
Com. de cosméticos
- **RELOJOARIA PRINCESA**
Av. Dr. Alexandre Rasgulaeff, 774
fone: 28-1727
Com. varejista de jóias e relógios
- **IMOBILIÁRIA FAX**
Rua Otavio Periotto, 25
Administração, incorporação, compra e venda de imóveis
- **TREINAR-RH CONSULTORIA ASSOCIADOS**
Rua Arion Ribeiro de Campos, 651
fone: 22-0935
Prestação de serviços em assessoria empresarial
- **CLREIN MÓVEIS E PRESENTES**
Av. Morangueira, 360 - fone: 22-4417
Com. varejista de móveis e presentes
- **RECAUCHUTAGEM 8 IRMÃOS**
Av. Brasil, 1182 - fone: 22-7881
Recauchutagem e recapagem de pneus
- **SANTO ANTONIO CALÇADOS**
Av. Morangueira, 572-A
fone: 26-2958
Com. de calçados e acessórios

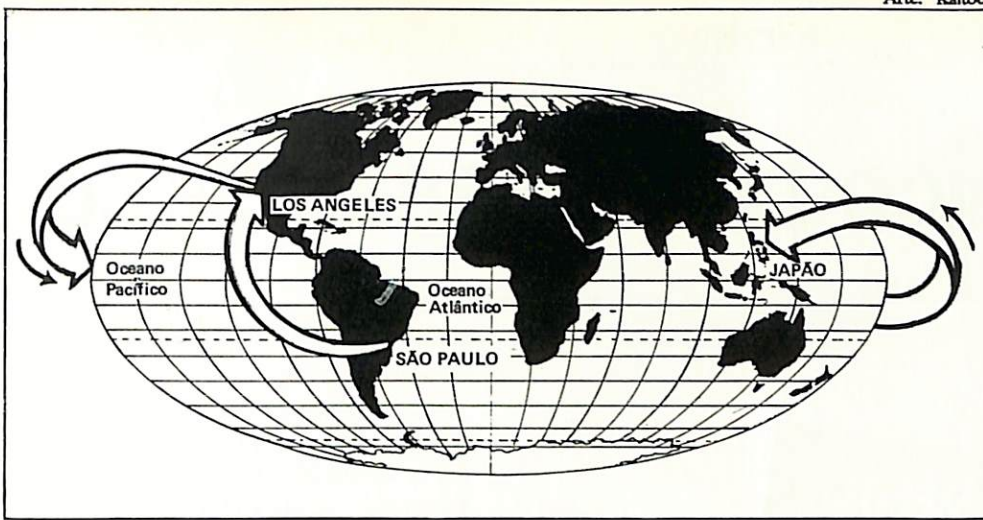
Agenda da diretoria

Nos meses de outubro e novembro, a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá cumpriu a seguinte agenda:

No dia 23 de outubro, às 20h30m, o diretor Paulo Morais Badan participou da solenidade de abertura do XII Fórum de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais Brasileiras, no Hotel Deville. No dia 26, às 8h30m, o presidente Fernando Henriques e o gerente administrativo Carlos Roberto Previdelli participaram da 1ª Reunião Ordinária da FACIP – Federação das

Associações Comerciais e Industriais do Paraná – na Associação Comercial e Industrial de Londrina.

No dia 08 de novembro, às 19h30m, o presidente Fernando Henriques participou da solenidade de abertura do I Jogos Estaduais do Cone Sul, no ginásio de Esportes Chico Neto. E no dia 18 de novembro, o presidente Fernando Henriques e o diretor Fernando Vieira Raimundo participaram de palestra sobre Telefonia Móvel, no salão de reuniões da prefeitura, com a participação do presidente da Telepar, Paulo Cordeiro.



Dekasseguis

Injeção de dólares em Maringá

A presença de cerca de 1.500 maringaenses no Japão tem proporcionado uma injeção de quase Cr\$ 23 bilhões por ano no mercado de Maringá. Só no mercado imobiliário estes trabalhadores respondem por pelo menos 20 por cento dos negócios

Muito já se falou dos brasileiros que foram para o Japão tentar uma vida melhor. Muito já se escreveu sobre o sucesso e o fracasso deste exército de trabalhadores que se foram, atraídos pela escassez de mão-de-obra e pelos dólares no país do Sol Nascente. Sucesso obtido pelo esforço e dedicação daqueles que queriam melhorar sua qualidade de vida e fugir da crise brasileira. Fracasso muitas vezes verificado pela dificuldade de adaptação, ou por conta do azar de cada um. Mas há um aspecto pouco comentado nesta história toda: para onde vai o dinheiro economizado por estes trabalhadores?

Dados dos governos dos dois países dão conta de que 150 mil brasileiros trabalham hoje nas indústrias japonesas. De Maringá, estima-se que cerca de 1500 trabalhadores foram tentar a vida "do outro lado do mundo". Um número significativo, se for levado em consideração o fato de que cerca de 7% da população da cidade é constituída por descendentes de japoneses. Segundo informações dos familiares destes maringaenses, que não quiseram se identificar por questões de segurança, cada pessoa no Japão consegue enviar

para o Brasil cerca de US\$ 20 mil por ano.

MERCADO IMOBILIÁRIO: Estes valores dependem muito do tipo de trabalho e dos gastos de cada um. Sendo assim, a cidade estaria recebendo mais de 22,5 milhões de dólares a cada ano. Ou seja, teoricamente, estaria circulando quase 23 bilhões de cruzeiros a mais por ano em Maringá. Valor suficiente para mexer com o comércio e o mercado de imóveis locais. Principalmente numa época em que a maioria dos empresários reclama de queda nas vendas e das indefinições de uma política econômica que tem levado todos ao desespero.

Os dekasseguis – como são chamados os brasileiros que trabalham no Japão, e que significa "sair em busca de lucro" – procuram investir em imóveis, telefones, carros e pequenos estabelecimentos comerciais, como bares, mercearias e quitandas. Cada caso depende da tradição familiar do trabalhador. Se a família vive do campo, os dólares normalmente são direcionados para a compra de pequenas propriedades. Se o dekassegui veio de família com tradição no comércio de hortigranjeiros, o

investimento geralmente se concentra na aquisição de quitandas e mercearias.

Aqueles acostumados com a vida na cidade partem para o investimento em casas e apartamentos. Ou ainda para a compra de terrenos, onde poderão construir a casa dos "sonhos". Um bom exemplo da participação dos dekasseguis no mercado imobiliário da cidade, pode ser demonstrado neste dado: eles respondem hoje por cerca de 20% da comercialização de imóveis em Maringá. Grande parte dos negócios é fechada à vista, e na compra de imóveis quitados. Apesar dos altos preços dos imóveis isto é possível porque é comum mais de um membro da família estar trabalhando no Japão.

É o caso de uma família de agricultores de Marialva. Durante um ano quatro pessoas desta família trabalharam nas indústrias japonesas. Ao retornarem eles compraram um sítio de três alqueires, com plantação de uvas finas. O mais curioso da história é que o sítio comprado era o mesmo onde a família trabalhava antes de ir para o Japão.

VALORES CONFIRMADOS: É difícil saber exatamente o volume de dólares que entram por ano em Maringá. Sabe-se, porém, que em setembro, em apenas duas agências bancárias da cidade que fazem a remessa de moedas do Japão para o Brasil, foram movimentados 2 milhões de dólares. Estes números confirmam a estimativa dos familiares de que os dekasseguis conseguem economizar cerca de US\$ 20 mil ao ano.

Mas nem sempre o trabalhador chega à conclusão de que atingiu seu objetivo com estes valores. Ou porque o investimento desejado requer mais de 20 mil dólares, ou pelo simples fato de que o dekassegui deseja "algo mais". Por isso em muitos casos, acontece o retorno ao Japão, onde quase sempre o trabalhador deixa o seu lugar reservado, para conseguir mais dólares. Há aqueles, ainda, que, empolgados pela lucratividade do salário no Japão, acabam voltando para as indústrias japonesas na expectativa de construir um alicerce mais sólido para a família. E acabam ficando mais tempo do que o esperado. Numa coisa, porém, todos concordam: é preciso disposição para o trabalho e também para levar uma vida modesta no Japão. Do contrário, dificilmente se consegue fazer alguma economia.

Vídeo técnico para o associado

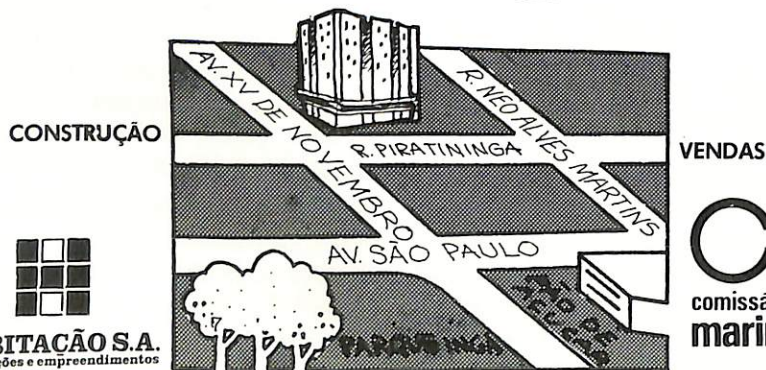
**O APARTAMENTO
DOS SEUS SONHOS**

**"... TINHA QUE TER UMA BANHEIRA
COM HIDROMASSAGEM!..."**

**"... ASSIM BEM GRANDÃO... COM
3, NÃO... 4 QUARTOS, NÃO É?..."**

**"... TINHA QUE SER PERTO DE
TUDO, NO CENTRO DA CIDADE..."**

EDIFÍCIO
*Marquês de
Valença*



HABITACÃO S.A.
construções e empreendimentos

**Comissária
maringá**

BOTE O PÉ EM 92 DE CASA NOVA

(0442)
22-3366

Hoje, mais do que nunca, estar bem informado é uma questão de sobrevivência para o empresário. As mudanças na economia, as constantes alterações nas legislações, acabam criando a necessidade de se estar sempre buscando a atualização. Justamente para levar estas informações, e também para auxiliar na reciclagem do pessoal técnico das empresas, a Associação Comercial e Industrial de Maringá mantém um acervo de vídeos técnicos.

São 13 títulos diferentes, que abordam os mais diversos assuntos de interesse do empresariado em geral. E para levar informações cada vez mais atualizadas ao seu associado, a ACIM tem feito novas aquisições de vídeos periodicamente.

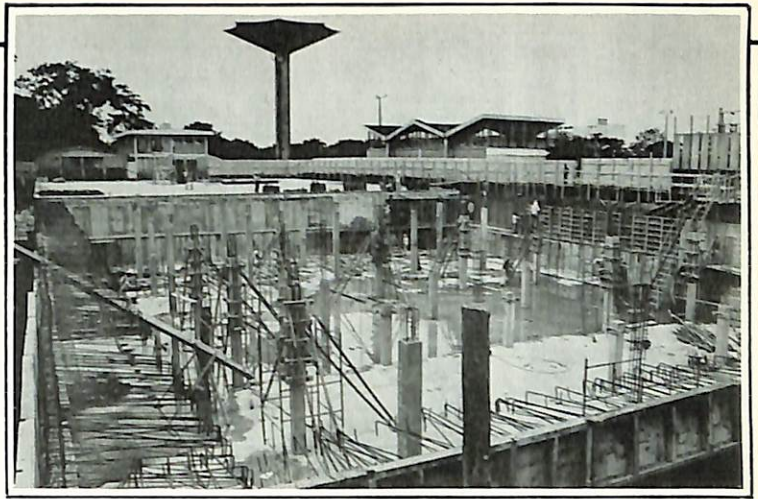
Os títulos que estão disponíveis hoje são os seguintes: Sistema tributário na nova Constituição; Contabilidade e finanças; Administração de Produção e Materiais; Recursos Humanos; Administração geral e planejamento; Marketing e vendas; Comunicação; Código de Defesa do Consumidor; Negociação plena, acompanha apostila; Formação e reciclagem de equipes de compras, acompanha apostila; Como treinar e desenvolver seu pessoal, com apostila; Gerência participativa, com apostila; e Economia de guerra, também acompanhado de apostila.

Estes vídeos podem ser retirados por todos os associados na sede da Associação Comercial e Industrial de Maringá. O período de empréstimo é de 5 dias. Mas se forem retiradas mais de uma fita, o associado poderá permanecer com o material por 7 dias. O empréstimo dos vídeos é totalmente gratuito para os associados da ACIM.

A ACIM coloca também à disposição de seus associados o acervo de sua biblioteca técnica. São cerca de mil títulos diferentes, sobre os mais diversos assuntos. Os livros podem ser utilizados na sede da ACIM, onde o associado poderá fazer sua pesquisa. Também para a utilização dos livros não é cobrado qualquer tipo de taxa. Mais informações na sede da ACIM, ou pelo fone 26-1331.



O novo escritório de atendimento trouxe mais comodidade



Reservatório subterrâneo: mais 12 milhões de litros de água

Sanepar

Atendimento ao público no centro

O atendimento ao público, que ficava na Pedro Taques, estava fora de mão para a maioria dos consumidores

O atendimento ao público mudou de endereço. A Superintendência Regional Noroeste da Sanepar resolveu colocar no centro de Maringá o seu escritório de atendimento direto ao consumidor, que sempre que precisava reclamar de alguma coisa, com referência à sua conta de água, era obrigado a se deslocar até a sede da empresa, na Av. Pedro Taques. Depois de constatar que muita gente tinha dificuldade para se deslocar até a sede, o superintendente Reinaldo Fernandes decidiu fazer a alteração.

Segundo o chefe da divisão comercial Mário Arieta Evangelista, aumentou bastante o número de consumidores que procuram a Sanepar para reclamar ou simplesmente trocar seus talões de água, o que é feito sempre que o consumidor deixa a conta atrasar mais de um mês. A maioria dos casos atendidos no escritório da Rua Néo Martins (entre a Av. Paraná e a rua Basílio Saltchuk) é de correção de débitos.

Em outubro a Sanepar atendeu 8067 reclamações, 4083 só para correção de débitos. Pelo menos 95 por cento dos casos que chegam ao setor de atendimento ao público são resolvidos na hora. Apenas 5 por cento acabam indo parar na mesa das chefias local e regional.

AUMENTO DE CAPACIDADE: A Sanepar está aumentando em mais 12 milhões de litros a capacidade de reserva de água em Maringá. Isso será possível através da construção de um gran-

de reservatório, já em execução no pátio da Companhia, localizado na Av. Pedro Taques. O reservatório (subterrâneo) ocupará uma área de 3.660 metros quadrados e a obra faz parte do projeto global de ampliação do sistema, que inclui também a mudança no ponto de captação no rio Pirapó, ampliação da estação de tratamento e uma segunda adutora de água bruta. A conclusão dessas obras está prevista para o primeiro semestre de 1992. A estação de tratamento tem capacidade atualmente para 550 metros cúbicos por segundo. O novo módulo da estação de tratamento atualmente em execução elevará esta capacidade para 950 metros cúbicos.

Segundo o superintendente regional Reinaldo Antonio Fernandes, os planos da Sanepar são captar recursos junto à Caixa Econômica para conti-



Fernandes: fim dos problemas de abastecimento até 2008

nuar investindo pesado nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos de Maringá. Com a conclusão das obras já licitadas, Maringá não terá problemas com o abastecimento de água até pelo menos o ano de 2008.

O VERÃO: A grande preocupação do maringaense é quanto à possibilidade de falta de água neste verão. O superintendente Reinaldo Fernandes garante que o abastecimento só será afetado se a população gastar água em demasia. "Problemas localizados vão ocorrer, isso é inevitável, pelo menos por enquanto", informa Reinaldo, que no entanto tranquiliza: "Se o maringaense usar a água normalmente, sem esbanjar, dificilmente teremos colapso no abastecimento. Salvo, é claro, as situações emergenciais, que podem ocorrer com uma seca prolongada ou o despejo, além dos níveis toleráveis, de óleo e graxa no rio Pirapó".

Por falar nisso, há uma pergunta curiosa que o maringaense sempre faz: "Por que falta água em Maringá justamente quando chove?". Falta exatamente por causa da poluição. Quando vem uma chuva forte, o óleo que fica retido nas margens de alguns afluentes, como o Rio Sarandi, desce todo para o Pirapó e aí a Sanepar tem que interromper o abastecimento. "Para que a gente possa se ver livre desse problema, só há uma solução: as empresas que poluem o Pirapó, têm que deixar de jogar óleo e graxa nas galerias de águas pluviais", finaliza Reinaldo.



Maringá: um mercado atrativo para novos investidores

Maringá

Investimentos, apesar da crise

Maringá tem sido um porto seguro para empresas que desejam investir em locais que proporcionem retorno garantido. Um atrativo que deverá render à cidade a injeção de algo em torno de US\$ 15 milhões e a criação de mais de 1.500 novos empregos

Apesar dos tempos bicudos e da instabilidade econômica que o país atravessa, Maringá – por polarizar uma região importante – tem sido muito procurada por empresas em expansão, que procuram locais seguros para seus investimentos. São empresas dos mais variados setores, de hipermercados a revenda de carros importados. Todas em busca de prosperidade e de condições favoráveis para o que têm chamado de “capitalismo reprodutivo”.

Um grupo que tem buscado este avanço no modo de produção e boas oportunidades de investimento é o De-

meterco, de Curitiba. Segundo o presidente, Roberto Demeterco, Maringá foi escolhida para receber a primeira loja da rede fora da capital do estado pelas oportunidades que oferece “para quem defende a livre iniciativa e a modernidade”. Por este motivo, o Grupo Demeterco decidiu investir cerca de US\$ 10 milhões na construção de mais uma filial do Mercadorama.

Um dado significativo mostra o potencial do mercado de Maringá: a loja do Mercadorama que está sendo construída na cidade será a maior da rede, com três pavimentos, toda infor-

matizada, e criará mais de 600 empregos diretos. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 1992.

As previsões do grupo são de que pelo menos 20 mil pessoas deverão fazer suas compras na loja por dia. Para atender tanta gente, com comodidade, o hipermercado terá um estacionamento para 1.100 carros, podendo abrigar até 12 mil veículos por dia.

NAMORO: Outro grupo que investiu na cidade acreditando no potencial e no retorno garantido foi a rede de supermercados Muffatão. Há algum tempo de “namoro com a praça”, o grupo presidido por Pedro Muffato veio para Maringá aproveitando a desativação do Jumbo Eletro. “Maringá tinha espaço para investimentos no setor de supermercados. Por isso, a cidade estava nos planos de expansão do grupo”, diz Mário Braz, gerente da loja.

Com a estrutura do Jumbo e o aproveitamento de 90 por cento dos funcionários, o Muffatão de Maringá já conquistou o terceiro lugar em faturamento na rede, em apenas três meses de funcionamento.

A maior rede varejista do Rio Grande do Sul, as Lojas Colombo, também resolveu investir forte em Maringá: foram mais de US\$ 1 milhão para

abrir a 20ª loja do Paraná. Antes, porém, o grupo realizou uma pesquisa de mercado para conhecer as condições reais para a expansão do setor de eletrodomésticos na cidade. O resultado foi bastante satisfatório. Hoje, depois de três meses de funcionamento, a loja de Maringá está entre as 5 melhores da rede, que conta com outras 160.

ATACADO: O fato de Maringá estar entre os principais pólos atacadistas do Brasil tem sido outro fator de atração de novas empresas para a cidade. É o caso da Alimentos Zaeli, que abriu uma representação aqui há dois meses. A empresa vende 63 produtos para todo o país e sentiu a necessidade de atuar mais próximo de um mercado importante como o de Maringá. Além de vender no atacado, a Zaeli atende também no varejo, "com preços atraentes porque é a própria empresa que industrializa seus produtos", explica o gerente Devanir Menegassi.

Outra grande rede de lojas que se instalou recentemente na cidade é a Marisa, famosa pela variedade de artigos femininos que oferece. Do mesmo grupo das Lojas Brasileiras, a Marisa de Maringá é a 116ª loja da rede. Apesar de não estar autorizada a dar entre-

vistas, a gerente da loja confirmou o otimismo que outros empresários demonstraram em relação às vendas: o movimento superou as primeiras expectativas.

Este potencial, a despeito de qualquer crise, tem atraído a atenção também de empresas que queiram inovar. É o caso da Brastemp Fashion, inaugurada recentemente, e que nasceu da idéia de oferecer ao consumidor a comodidade de encontrar todos os produtos Brastemp num único local. A loja de Maringá é a primeira do gênero no Brasil e servirá de modelo para outras que o grupo pretende abrir no futuro.

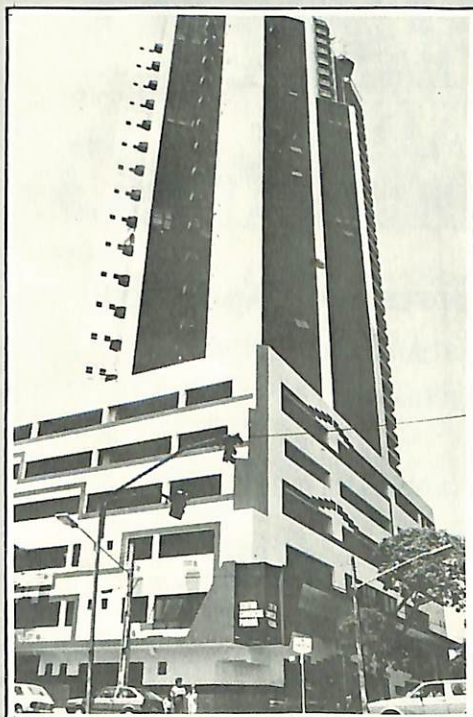
Inovação no atendimento é o que promete a Ucrânia Veículos, revendedora dos carros Lada, de fabricação soviética. A empresa também está investindo firme para oferecer ao maringense algo diferente do que existe na cidade em termos de revenda. "Nosso atendimento será personalizado, e deixará o cliente bem à vontade. Seguiremos o modelo europeu, que valoriza o cliente", explica José Manoel do Amaral, diretor-comercial da empresa, que afirma que a comercialização na revenda deverá girar entre 600 e 1000 unidades ao ano.

Condomínios comerciais

Nos últimos anos, Maringá registrou também um crescimento considerável no número de condomínios comerciais, geralmente destinados a atender profissionais liberais. Dois exemplos recentes podem ilustrar bem este aquecimento: os Centros Comerciais Paraná e Europa.

Construído pela Orbis Construções e Empreendimentos, o Centro Comercial Paraná foi projetado para atender médicos e advogados, profissionais liberais que vinham sentindo dificuldades em obter locais adequados para se instalarem. Ao todo são 90 salas, com cerca de 110 metros quadrados cada, 102 vagas para estacionamento e espaço para 16 lojas.

O Centro Comercial Europa tem 56 salas, com 180 metros quadrados cada uma. O edifício conta com 2 subsolos para garagem e espaço para lojas no térreo e na sobreloja. Segundo Adolfo Cochia Júnior, da CCP Construções Civis, responsável pela obra, o condomínio foi comercializado em 20 dias, o que comprova que havia realmente um déficit de salas comerciais em Maringá.



O número de salas comerciais em construção tem crescido sensivelmente

Quem resolveu apostar, agora está comprovando que investir na cidade é um bom negócio.

REVELAÇÃO A CORES ANTES DO TEMPO

ENQUANTO VOCÊ TOMA
UM CAFEZINHO, NOSSO
MODERNÍSSIMO LABORATÓRIO
REVELA SUA FOTO NUM
INSTANTINHO

ÓRGÃOS MINAMI,
PIANOS E INSTRUMENTOS
DE SOPRO

17 LOJAS AO SEU DISPOR

Londrina - Paranavaí -
Umuarama - Campo Mourão -
Assis Chateaubriand - Goio-erê -
Apucarana - Cuiabá-MT



Av. Brasil, 3347 -
Tel: (0442) 26-2827

Av. Herval, 620 -
Tel: (0442) 26-4775
MARINGÁ - PR



Almoço Empresarial

Dois palestrantes de peso marcaram as duas últimas edições dos Almoços Empresariais, em 1991. O primeiro foi no dia 5 de novembro, no Hotel Deville, com palestra do presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL – João Jabur.

Jabur falou sobre suas perspectivas em torno da política econômica, e criticou a demagogia, a corrupção e a falta de boas intenções por parte do governo federal. O presidente da ACIL colocou que se o Brasil fosse o “país ideal”, com uma Constituição aberta, as empresas brasileiras quebrariam. O motivo para a quebra, segundo Jabur, é a falta de competitividade dos produtos nacionais. Um problema que ele acredita que pode ser superado com a união dos empresários em torno de suas entidades representativas. Jabur falou também do trabalho que a ACIL vem realizando, oferecendo cursos de aperfeiçoamento e formação técnica para funcionários das empresas associadas, e palestras para o empresário.

O segundo Almoço Empresarial do mês foi no dia 19, também no Hotel Deville, com a presença do diretor da Carteira de Fomento Econômico do Banestado, Paulo Roberto Pereira de Souza. Ele falou sobre os motivos que levaram à extinção do BADEP, e à criação desta Carteira de Fomento, que veio preencher a lacuna deixada com a liquidação do banco.

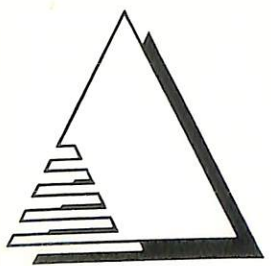
Os objetivos gerais da Carteira de Fomento foram elaborados em conjunto com as diversas secretarias do governo Requião, sob execução do diretor Paulo Roberto. Esta equipe definiu uma política de desenvolvimento econômico para o Paraná. “Vamos apoiar os projetos que gerem empregos e riquezas, promovendo a melhora do padrão de vida da população, explorar as potencialidades de cada região. Especialmente aquelas que se encontram em estado de estagnação”, afirmou Paulo Roberto.

COMÉRCIO EXTERIOR COM A ANTARES: AGILIDADE COM RENTABILIDADE.

Faça suas operações de importação e exportação
com quem é especialista no assunto.

Fale com a Antares.

- Assessoria técnica em comércio exterior
- Despachos aduaneiros



ANTARES ASSESSORIA EM
COMÉRCIO EXTERIOR

ANTARES

Av. Brasil, 3772 - sala 102-1
Centro Empresarial Shimabukuro
Fone: (0442) 22-1135 - Fax (0442) 23-5007 - Maringá - PR

Associada a DAMAR - Serviços Marítimos Ltda.
Paranaguá - São Francisco do Sul e Itajaí

Col



Os produtos importados são a sensação do mercado

Importados

Um novo filão para o comércio

Até 1990 apenas uma loja vendia produtos importados em Maringá. Hoje são 4 e a mais nova delas abriu suas portas há 3 meses. A pioneira no setor foi a Jotan. Inaugurada em setembro de 1972, a loja surgiu com a proposta de ser uma importadora. O projeto foi concretizado em outubro do ano passado, quando a empresa instalou uma filial em São Paulo, e transferiu toda a sua parte administrativa e os seus depósitos para a capital paulista.

Uma vez no mercado atacadista, os sócios da Jotan decidiram vender a loja de Maringá. Quem "herdou" toda a estrutura e o tradicional pondo dos importados na cidade foi a Binho Importados, do ex-corretor de café, Rubens Pegini. Há 9 meses no mercado, Pegini diz que a mudança de atividade aconteceu por mera questão de oportunidade.

A World Importados é outra loja recém-inaugurada na cidade. Ela nasceu da iniciativa de Paulo Roberto Wolf e Eduardo Gonçalves da Silva, ex-funcionários da Televisão Cultura de Maringá. Acostumados a lidar com aparelhos eletrônicos, os sócios viram aí a oportunidade de montar seu próprio negócio. A World Importados tem seu forte hoje na venda de eletroeletrônicos e brinquedos.

"Meu negócio": Do sonho de ser empresária de uma ex-vendedora surgiu outra loja do ramo na cidade: a Sil Presentes Importados. "Eu fui vendedora durante 5 anos, e queria ter o meu negócio", afirma a proprietária da loja,

Silvana Galeriani. Há 3 meses no mercado, a Sil Presentes Importados é a mais nova da cidade. Silvana afirma que optou por este tipo de produto pela própria experiência como vendedora. "As pessoas preferem os importados

pela qualidade. Sem desmerecer os produtos nacionais, os importados são a sensação do momento".

Já a história da Importados Cidade de Canção – outra loja inaugurada há pouco tempo na cidade – é um pouco diferente. A loja nasceu da idéia da mulher de um empresário, Dirce Grigoli, que sempre preferiu os importados, e decidiu ter uma atividade própria. Quando foi inaugurada, a Importados Cidade Canção funcionava na parte externa do Shopping Avenida Center. Mas ali o movimento era fraco e a sócia-proprietária resolveu transferir o negócio para uma loja dentro do Shopping. Hoje Dirce se declara satisfeita com a escolha.

Apesar de toda a confiança de quem apostou na viabilidade das lojas de importados em Maringá, nos últimos meses o movimento tem se mostrado fraco. "Um reflexo da situação econômica do país", justifica Rubens Pegini, da Binho Importados. Para os otimistas, como Paulo Wolf, da World, dezembro trará a redenção do setor. Silvana, da Sil, é mais confiante: ela diz que vendeu mais do que o esperado nos 3 meses de funcionamento. "Espero vender muito mais este mês".

Tudo em vidros para construção e engenharia. O melhor em box para residências.

- VIDROS CRISTAIS
TEMPERADOS PARA ENGENHARIA.
- VIDROS PARA CONSTRUÇÃO.
- BOX EM ACRÍLICO.
- BOX BLINDEX.
- ESPELHOS.



VIDRAÇARIA GUAPORÉ

Av. 19 de Dezembro, 569 - Fone: (0442) 24-2235
FAX: (0442) 24-6557 - MARINGÁ - PARANÁ

Vencedores premiados



João Mantovan venceu na categoria Fotojornalismo

Durante um jantar, que aconteceu no dia 29 de novembro na AABB – em que estiveram presentes profissionais da imprensa, autoridades e pessoas ligadas aos meios de comunicação de Maringá – a Associação Comercial e Industrial de Maringá entregou os prêmios aos vencedores do V Prêmio ACIM de Jornalismo.

A entrega dos prêmios foi feita pela diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá e pelo prefeito Ricardo Barros. Antes da premiação foi feita uma explanação sobre a história do Prêmio ACIM de Jornalismo, que foi criado em 87, na gestão de Alcides Siqueira Gomes. Depois, foram explicados os critérios de julgamento e o número de trabalhos inscritos, que foi o seguinte: jornalismo impresso, 15; telejornalismo, 8; e fotojornalismo, 4.

Na categoria fotojornalismo foi premiado apenas o 1º lugar. A foto vencedora foi “Calor e carinho”, do fotógrafo João Batista Mantovan, do jornal O Estado do Paraná. Ele recebeu o prêmio de Cr\$ 200 mil e a placa alusiva das mãos do prefeito Ricardo Barros.

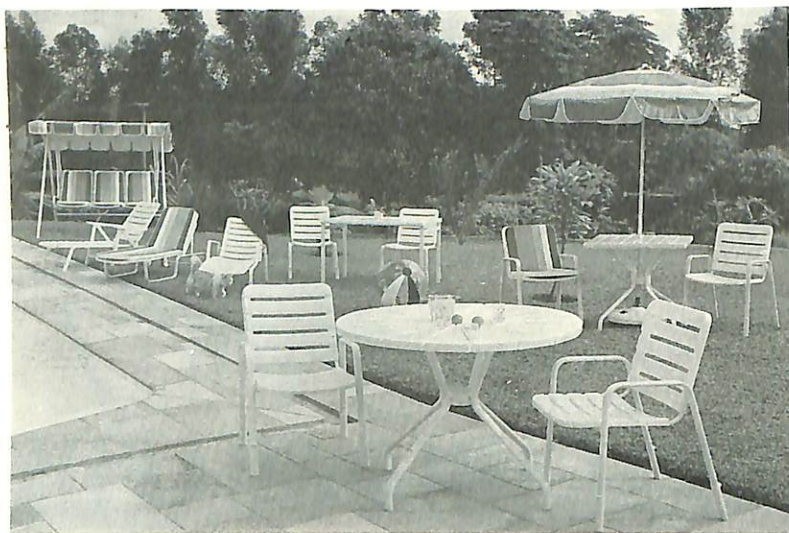
Na categoria telejornalismo, o terceiro lugar foi para a matéria “Alfabetização Cocamar”, de autoria do repórter Idenilson Perin e do cinegrafista

Ciclos I

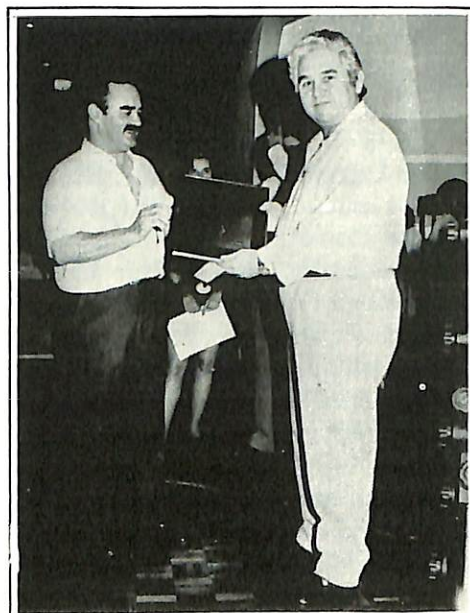
REPRESENTANTE EXCLUSIVO

MARFINITE

Av. Brasil, 4856 - Fone: 24-4144 - Maringá - PR



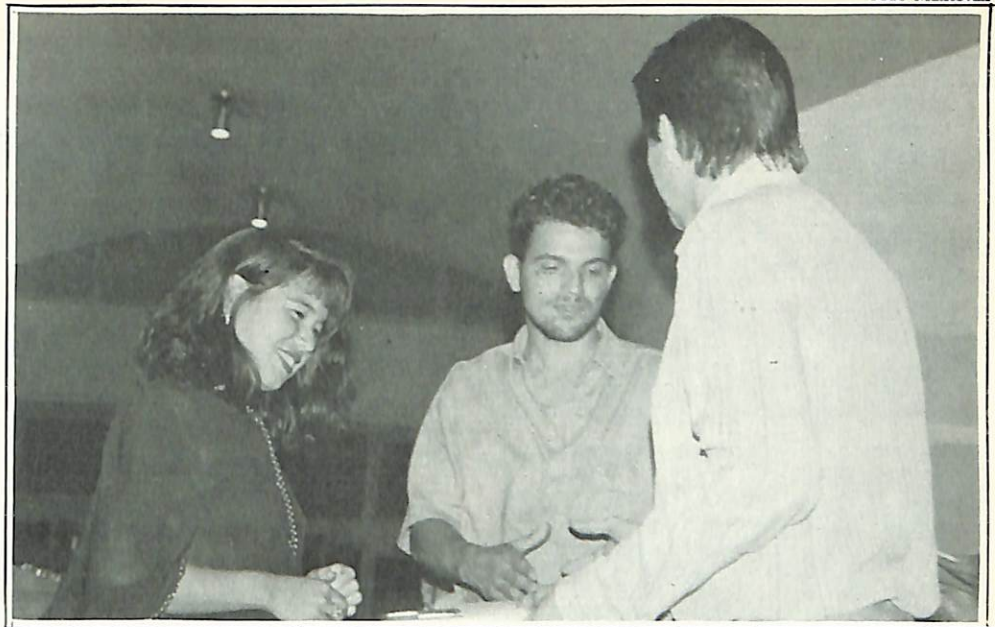
Linha Ekológica®



O 1º colocado na categoria Jornalismo Impresso foi Walter Silva

José Antonio Tofanetto, da Televisão Cultura de Maringá. O prêmio de Cr\$ 50 mil foi entregue pelo empresário Pedro Granado Martines, diretor-adjunto da ACIM. Em segundo lugar a matéria premiada foi "Maringá 44 anos", de autoria da repórter Stela Paris e dos cinegrafistas Rubens Evaristo e Robson Jardim, da Televisão Tibagi. O prêmio de Cr\$ 100 mil foi entregue pelo empresário Valdecir de Britto, diretor 2º tesoureiro da ACIM. A matéria classificada em primeiro lugar foi "Acrobacias aéreas", de autoria da repórter Solange Riuzim e do cinegrafista Juarez Regla, da Televisão Cultura de Maringá. Eles receberam o prêmio de Cr\$ 200 mil e a placa alusiva do empresário Luiz Carlos Masson, 1º secretário da ACIM e diretor da revista ACIM.

Na categoria jornalismo impresso, a matéria classificada em terceiro lugar foi "Curiosidade: produtor inventa para facilitar a vida no campo", de autoria do repórter Silvio Rocha, do Jornal de Serviço Cocamar. O prêmio de Cr\$ 50 mil foi entregue pelo empresário Paulo Morais Badan, 2º secretário da ACIM. Em segundo 2 matérias ficaram empatadas, totalizando 71 pontos. A primeira, intitulada "Exportações: Maringá



Solange Riuzim e Juarez Regla foram os vencedores da categoria Telejornalismo

pode ser uma nova Taiwan", veiculada no Jornal Indústria e Comércio, é de autoria do repórter Walter Silva. Ele recebeu o prêmio de Cr\$ 50 mil do empresário Fernando Vieira Raimundo, 1º tesoureiro da ACIM. A segunda, intitulada "Deficientes físicos: barreiras do prazer", veiculada na revista Pois É, é de autoria de Marly Aires. Ela recebeu o prêmio de Cr\$ 50 mil do

empresário Massao Tsukada, diretor-adjunto da ACIM.

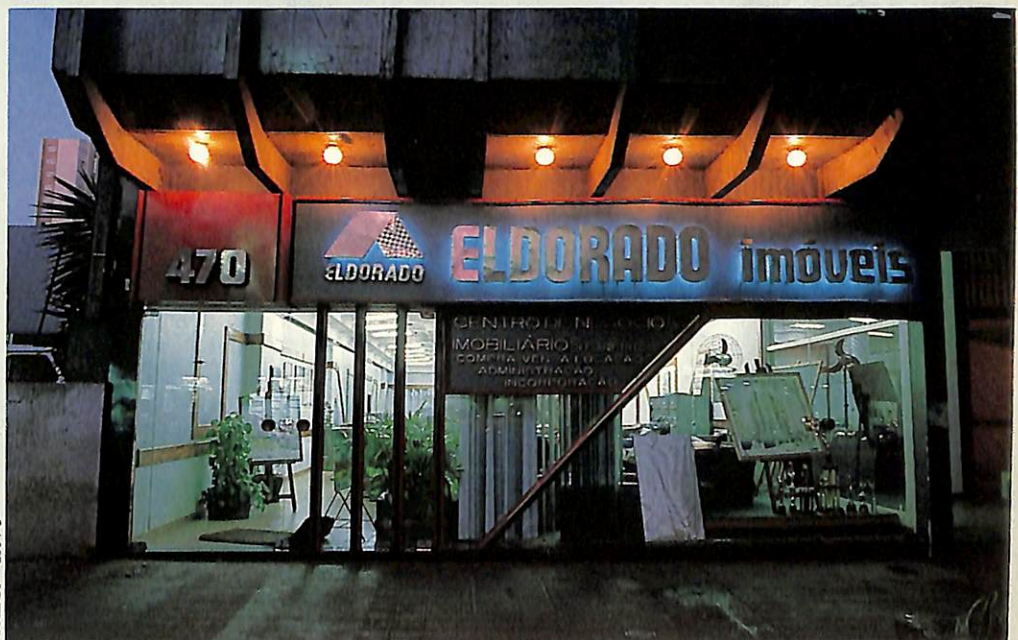
A matéria classificada em primeiro lugar foi "Investimento: indústrias sob medida", de autoria do repórter Walter Silva, e veiculada na revista Pois É. A entrega do prêmio de Cr\$ 200 mil e da placa alusiva foi feita pelo empresário Fernando Henriques, presidente da ACIM.

UMA QUESTÃO DE CONFIANÇA

QUANDO VOCÊ PRECISAR COMPRAR, VENDER, ALUGAR,
INCORPORAR, LANÇAR PRÉDIOS COMERCIAIS OU RESIDENCIAIS

PROCURE QUEM TEM:

- Solidez Econômico-Financeira para responder pelos negócios;
- Experiência no Ramo;
- Estrutura Moderna e Informatizada;
- Sede Própria;
- Corpo de Corretores com especialização nos vários segmentos do ramo imobiliário;
- Departamento Jurídico atualizado com a atual Lei do Inquilinato.



CRECI - 13573



ELDORADO IMÓVEIS

CENTRO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

Av. Paraná, 470 - Fone: (0442) 22-8866 - Maringá - PR



DEVILLE MARINGÁ

- ALMOÇO EXECUTIVO DE 2ª FEIRA A SÁBADO
- JANTAR ROMÂNTICO COM PIANO, DE 2ª A SÁBADO
- DIXIE BAR
DAS 18:00 ÀS 02:00 HORAS
BARMAN INTERNACIONAL
- HAPPY HOUR BAR
DAS 18:00 ÀS 20:00 HORAS
(DESCONTOS ESPECIAIS)
- SAUNA
DAS 17:00 ÀS 22:00 HORAS
- SEGUNDA LUA DE MEL
PACOTE: SEXTAS-FEIRAS
- WELLCOME DRINK
NO DIXIE BAR
- JANTAR À LUZ DE VELAS
COM PIANO, NO
RESTAURANTE, ("MENU"
SUGESTÃO DO CHIEF)
- PERNOITE EM
APARTAMENTO LUXO
- CAFÉ DA MANHÃ
(INESQUECÍVEL) NO
COFFEE SHOP, EM BUFFET.
- RESERVAS DE MESA
RAMAL 7, COM DELFINO
- RESERVAS DE APARTAMENTO
RAMAL 8, COM MARINA

Todas estas facilidades à disposição
de pessoas de bom gosto de
Maringá e Região.

HOTÉIS

Deville

Hospedagem em grande estilo

Av. Herval, 26 - Fone: (0442) 26-1001
Telex (442) 211 - Fax: (0442) 26-1977
MARINGÁ - PR

Artigo

O verdadeiro espírito do Natal

por Alcides Siqueira Gomes

Mais um ano transcorreu e o mundo cristão comemora mais um Natal. A propósito da chegada desta data, que é tida por milhões como a mais linda, significativa e universal festa do cristianismo, a grande maioria das pessoas não se detém para pensar por que crêem, no que crêem e por que fazem o que fazem, especialmente no tocante à observância de costumes e tradições.

Como instituição religiosa, o dia do Natal não tem fundamento bíblico, e sim no paganismo. Nem o próprio Cristo, e nem os apóstolos, instituíram o Natal. Como costume ele veio do paganismo e foi introduzido na Igreja por volta do século 4.

A Enciclopédia Americana, edição de 1948, diz: "O Natal não se celebra nos primeiros séculos da Igreja cristã, já que o costume do cristianismo em geral era de celebrar não o nascimento, mas a morte das pessoas importantes (por exemplo, a comunhão instituída pela Bíblia no Novo Testamento, é a comemoração da morte de Cristo)".

Mas no século 4 esta festa foi instituída em memória do nascimento de Cristo. Como não se sabe a data exata de seu nascimento, no século 5 a Igreja Ocidental ordenou que ela fosse celebrada no mesmo dia da antiga festividade romana, em honra ao nascimento do Sol. Desta forma, Roma tornou o Natal uma festa obrigatória e oficialmente cristã.

Isto se deu quando o cristianismo deixou de ser perseguido e alcançou igualdade com o paganismo, mediante decreto de Constantino, primeiro imperador cristão. A Igreja cresceu e se tornou popular, com as "conversões" em massa ocorridas.

Dentre os costumes que os novos "conversos" trouxeram do paganismo, encontrava-se o da comemoração da Brumália, sua principal festa, no dia 25 de dezembro, em memória do nascimento do Sol. Por amarem a Brumália, festa caracterizada por manifestações de alegria, alvoroço e frivolidade indecorosa, os outros pagãos decidiram não suprimi-la. Acomodaram-na ao título do nascimento do Filho de Deus e preservaram-na dissimulada sob um nome cristão. Séculos mais tarde, com o nome de Natal, esta festividade se estendeu aos demais cristãos e ao resto do mundo, chegando até nossos dias.

Os registros bíblicos do acontecimento, nos levam a crer que Jesus tenha nascido provavelmente num dia desconhecido de setembro, e não em 25

de dezembro. O relato de Lucas, cap. 02, vr. 08, nos informa que quando os anjos anunciaram o nascimento de Jesus aos pastores, estes, na vigília da noite, velavam e guardavam seu rebanho. Isso não poderia acontecer em dezembro, estação fria e chuvosa na Palestina. Era impossível que os pastores nessa época permanecessem no campo. E à noite essa possibilidade era muito menor. O mais tardar, até meados de outubro, os pastores traziam seus rebanhos do campo e os prendiam.

Mas a verdade é que Cristo nasceu. O relato sagrado conclui afirmando que os pastores, após terem ido a Belém adorar o Salvador, voltaram cheios de júbilo e de alegria (S. Lucas 2:20).

Reconhecemos, não obstante, que a sociedade professante cristã de todo o mundo, no espírito e na prática desvirtuou o verdadeiro sentido do Natal. Secularizou-o, materializou-o, adulterou seu significado, crendo e fazendo crer que o Natal seja meramente sinos repicando, luzes, cores, músicas alusivas ao evento, lindas árvores, presentes, vendas altas e negócio lucrativos. O espírito do Natal se impõe não para honrar Cristo, mas para vender mercadorias.

Em tudo isso, e em todas essas coisas, não se fala nem se medita na pessoa de Jesus. Não se cogita acerca do propósito para o qual Ele nasceu. Não se preocupa em captar o fato maravilhoso de que ele veio para revelar amor, boa vontade e os pensamentos de paz.

Quão diferente seria o mundo se realmente cada coração se transformasse numa manjedoura em que Cristo pudesse renascer. Então o verdadeiro sentido do Natal, o espírito de amor, humildade, compreensão e abnegação - inundaria a vida, tornando felizes os homens, que hoje vivem em meio a este mundo conturbado, no qual o nascimento de Cristo é comercializado. O Natal seria então pleno de significado para a humanidade. Não teríamos homens de boa vontade se tornando cada vez mais raros, a paz se encontrando cada dia mais distante, e nem homens buscando mais a sua própria glória, em vez da glória de Deus. Prezado leitor, espiritualize este ano pelo menos um pouco mais seu Natal.

Alcides Siqueira Gomes é diretor do grupo
Somaco e membro do Conselho
Deliberativo da ACIM



Irmãos Mayer: 32 anos de experiência e profissionalismo

Meu Negócio

Seriedade e competência

A Irmãos Mayer e Cia. Ltda foi instalada em 1959. De lá para cá a empresa cresceu e se consolidou. Graças à seriedade e à qualidade dos serviços prestados, hoje está entre as mais conceituadas da cidade no setor de reparo e conservação de veículos

A história dos irmãos Mayer e de sua tradição no ramo de reparo de veículos começou em São Caetano do Sul, São Paulo, região que foi o berço da indústria automobilística nacional. Foi para lá que a família Mayer se mudou em 1947, depois de muitos anos vivendo no interior, em Presidente Venceslau, cidade onde o pai, Johannes Mayer, se estabeleceu quando veio da Romênia.

Em São Caetano os filhos mais velhos de Johannes, Eduardo e João, tiveram o primeiro contato com a mecânica. Eles trabalharam em muitas oficinas; algumas delas fabricavam gasogênio – um aparelho que produz combustível alternativo, derivado da queima do carvão, e que foi muito utilizado durante e logo depois da Segunda Guerra, em virtude da falta de gasolina. A família Mayer ficou em São Caetano até 1952.

No final deste ano, todos se mudaram para Mandaguari e foi lá que os

filhos mais novos, Oto, Alberto e Reynaldo, também se iniciaram na profissão, juntamente com o pai e os irmãos mais velhos, que montaram uma oficina mecânica. Em 1959 Johannes mudou-se para Maringá com os filhos mais novos. Aqui eles abriram outra oficina, uma filial da que funcionava em Mandaguari. A oficina, que foi batizada com o nome de Johannes Mayer e Filhos – esta razão social permaneceu até 1962, quando Johannes saiu da sociedade – foi instalada na avenida Mauá, “a avenida das oficinas naquela época”, como lembra Reynaldo Mayer. Ali a empresa cresceu e funciona até hoje, sendo uma das mais tradicionais de Maringá.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: Quando começou as atividades em Maringá, a empresa trabalhava apenas em lataria e pintura de automóveis e caminhões. Somente em 1964 passou a atender, com exclusividade, uma linha

de automóveis, a Volkswagen, prestando assistência em mecânica geral. Depois de 1974, com o desenvolvimento da indústria, a empresa foi se equipando. “Nós adquirimos aparelhos para a regulagem eletrônica de motor, alinhador e balanceador eletrônicos de roda e também uma máquina especial para a retífica de tambor e disco de freio”, conta Reynaldo.

Foi assim que a empresa cresceu e expandiu seus serviços. Hoje a Irmãos Mayer oferece atendimento em mecânica em geral, lataria e pintura, sempre utilizando equipamentos modernos e contando com uma equipe de profissionais especializados. Instalada numa área de 1.500 metros quadrados, e com 30 funcionários, a Irmãos Mayer tem como diretriz a qualidade dos serviços prestados.

Para isso, como Reynaldo gosta de ressaltar, ali só são usadas peças originais. “E hoje está muito mais fácil para empresas como a nossa terem acesso a peças originais. As montadoras reduziram sua produção e a nossa demanda se tornou um mercado atrativo para a indústria de autopeças”, explica.

Reynaldo ressalta que esta tradição de bons serviços é que levou a empresa a conquistar a credibilidade no mercado. “Hoje, mesmo com as dificuldades, nós conseguimos nos manter num bom nível de atividade”. Ele acredita isso também ao fato de Maringá ser uma cidade onde o índice de conservação de veículos é muito bom. “O maringense já conhece a importância da mecânica preventiva”, afirma.

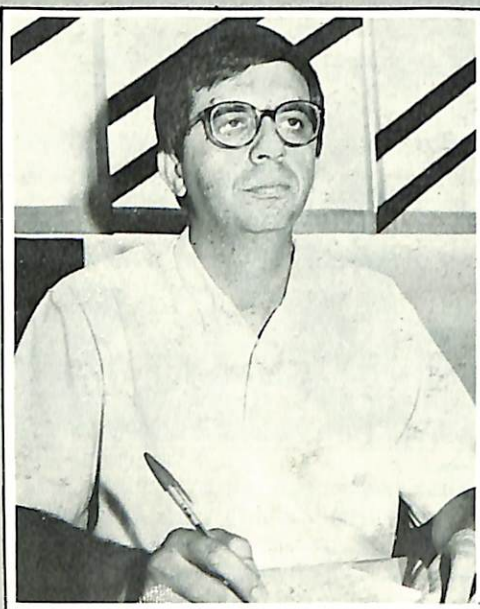
Cuidado com os cheques pré-datados!

por Carlos Roberto Previdelli

Além das tantas que já se têm conhecimento, mais uma modalidade de “golpe” está fazendo história no comércio maringense: o golpe da empresa fria. Quadrilhas organizadas, cujos integrantes nunca aparecem, compram empresas, que já estão há algum tempo instaladas em Maringá, providenciam a transferência do contrato social, registram a alteração do mesmo na Junta Comercial em nome de elementos conhecidos como “laranjas”, que na realidade não são os donos do negócio, e servem apenas de “fachada” para os golpes a serem tentados no comércio local e também em outras localidades.

Feita a transferência para estas quadrilhas, a empresa passa a fazer um bom cadastro no comércio e bancos locais, adquirindo em pequenas quantidades e pagando sempre à vista. Nos bancos, abrem contas e movimentam-nas durante um determinado tempo, mantendo sempre um bom saldo, até adquirirem a confiança do estabelecimento financeiro.

Armada a “cama”, conseguem junto aos bancos nos quais mantêm conta um número considerável de talões de cheques e passam, então, a aplicar o golpe. Compram toda a sorte de produtos, sempre em nome da empresa e com cheques pré-datados, para dez ou quinze dias, cujos vencimentos correspondam todos no mesmo dia. Quando o lojista liga para o banco a fim de consultar a empresa emitente, é informado que a conta é boa, tem saldo, e que o cliente não tem dado problemas. Afinal, para o banco, até aquele momento a empresa é realmente boa. Adquiridos os produtos, que sempre somados atingem em torno de quinze a vinte milhões de cruzeiros, os golpistas “levantam vôo” da noite para o dia, não deixando qualquer pista, quer dos produtos adquiridos, quer dos aplicadores dos golpes. Em relação à conta bancária, levantam o dinheiro ali existente através da emissão de cheque para outra praça, em nome de terceiro, que também não será localizado. Deixam os lojistas “a ver navios”, sem os produtos



vendidos e sem receberem o dinheiro da venda.

O que fazer para evitar estas situações? É bastante difícil detectar com antecedência o fato, e saber-se de antemão se a empresa é golpista ou não. A Associação Comercial e Industrial de Maringá tem procurado trabalhar agilmente para tentar evitar tais golpes. O que se tem feito é expedir “alertas” aos comerciantes quando estes consultam o sistema vídeo-cheque da ACIM. A entidade informa que aquela determinada empresa está sendo consultada por vários outros lojistas. Isso indica que a mesma está comprando muito na praça, o que é prenúncio de golpe, principalmente em momentos difíceis pelos quais estamos passando, quando não existe quase nenhuma liquidez financeira.

É necessária uma atenção redobrada dos lojistas ao vender para empresas ou mesmo para pessoas físicas, através de cheques pré-datados. Procedimento indispensável é consultar o sistema de vídeo-cheque, que poderá detectar o golpe antes de seu desenlace, uma vez que o sistema estará acumulando todos os pedidos de informações feitos em nome daquela empresa consultada.

Além do mais, cremos que é necessário um procedimento mais rigoro-

so por parte dos bancos, na abertura de contas e fornecimento de talonários de cheques, mesmo porque não se justifica a entrega de tantos talões de cheques a uma empresa, geralmente de pequeno porte. Um levantamento físico das empresas seria o procedimento ideal a ser adotado pelos bancos. Alguns bancos locais já se utilizam deste procedimento, o que é louvável.

Outro fator a ser levado em consideração, é a facilidade em se registrar uma empresa na Junta Comercial. Nenhum levantamento ou checagem é feito para se verificar a veracidade das informações, acontecendo até, como recentemente, de todos os documentos fornecidos pelos sócios e que constavam no contrato social serem falsos.

Para o recebimento de cheques pré-datados o comerciante deverá se certificar de todas as informações do cliente e, em se tratando de empresa nova ou desconhecida, cujos sócios são também desconhecidos, é melhor não realizar a venda com cheques pré-datados.

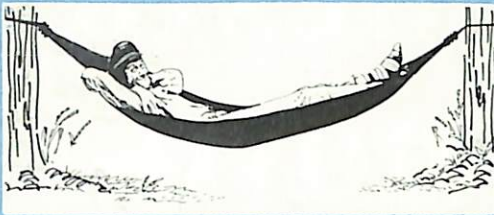
O comerciante, principalmente em tempos de recessão pelos quais estamos passando, sente-se altamente tentado a realizar a venda, mesmo a ciente que não ofereça as garantias necessárias. Para isso, deverá se cercar de todas as garantias possíveis para realizar uma boa venda. O empresário deve orientar seus vendedores para que tomem todas as precauções e evitem, dessa forma, prejuízos consideráveis.

Não se trata de desconfiar de todos os clientes, mas é melhor ter o máximo de garantias para realizar a venda, a fim de evitar prejuízos maiores e irreparáveis. O cheque pré-datado não oferece nenhuma garantia ao lojista, pois, ao momento da compra, poderá haver saldo na conta do cliente, mas, ao momento do recebimento esta mesma conta poderá estar “zerada”. Precaução e “caldo de galinha” não fazem mal a ninguém.

Carlos Roberto Previdelli é
gerente-administrativo
da ACIM

A SANDRI trabalha prá você descansar.

Pense no sossego que vai ser sua vida.



- * COMPRA E VENDA
- * LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
- * GARANTIA DO PAGAMENTO DO ALUGUEL
- * ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS



EMPREENDEIMENTOS
IMOBILIÁRIOS

SANDRI

Av. Paraná, 465 - Esq. Av. XV de Novembro
(SEDE PRÓPRIA)
Fone: (PABX) 24-5632
MARINGÁ - PR
CRECI 1604



A IMOBILIÁRIA DE SUA CONFIANÇA



Somaco

Praça José Bonifácio, 121 - Fone: (0442) 24-4433 - TELEX: 442-260 - MARINGÁ - PR

Prepare os brindes de ano novo.

Um brinde personalizado é sempre marcante nas festas de Ano Novo. Ainda mais se o presente for um vinho fino Aljôfar ou Porto Mouro, de sua própria reserva especial.

Para compras acima de 30 unidades, a Intervin personaliza cada garrafa. Com o seu nome ou o de sua empresa impresso em um selo de reserva especial; ou até no próprio rótulo.

Visite-nos. Ou encomende por telefone. Só não deixe para a última hora.

No Ano Novo, presenteie com Aljôfar e Porto Mouro de sua reserva especial. Seus amigos, clientes, fornecedores e funcionários agradecem.



*Casa
Silvestre Ferreira*

DESDE
1871

INTERVIN

PEÇA POR TELEFONE
(0442) 26-2318

Av. São Paulo, 812
(Em frente à Pneumar)

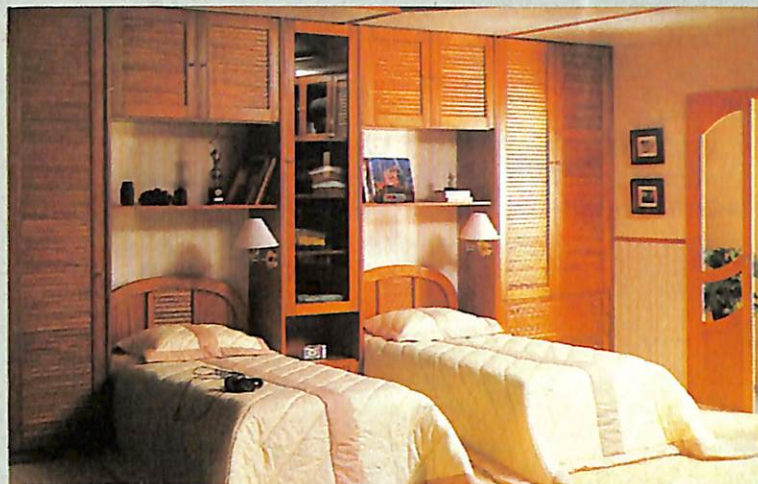
VINHO PERSONALIZADO: UM PRESENTE DE ALTA CLASSE.

OS DETALHES QUE FALTAVAM PARA VOCÊ REALIZAR SEUS PROJETOS DE VIDA



Móveis em até 5 vezes ou de 12 a 25 meses pelo Consórcio Nacional Florense

Se você procura por qualidade, acabamento, garantia e ótimas condições de pagamento para realizar seus projetos de vida, agora não falta mais nada. Móveis projetados Florense para escritórios, cozinhas, dormitórios e banheiros. O detalhe que faltava em sua casa.



Detalhe importante:
ligue e nós vamos até você fazer um orçamento sem compromisso.



Praça dos Expedicionários, 164
Fone: (0442) 25-1511
MARINGÁ - PR

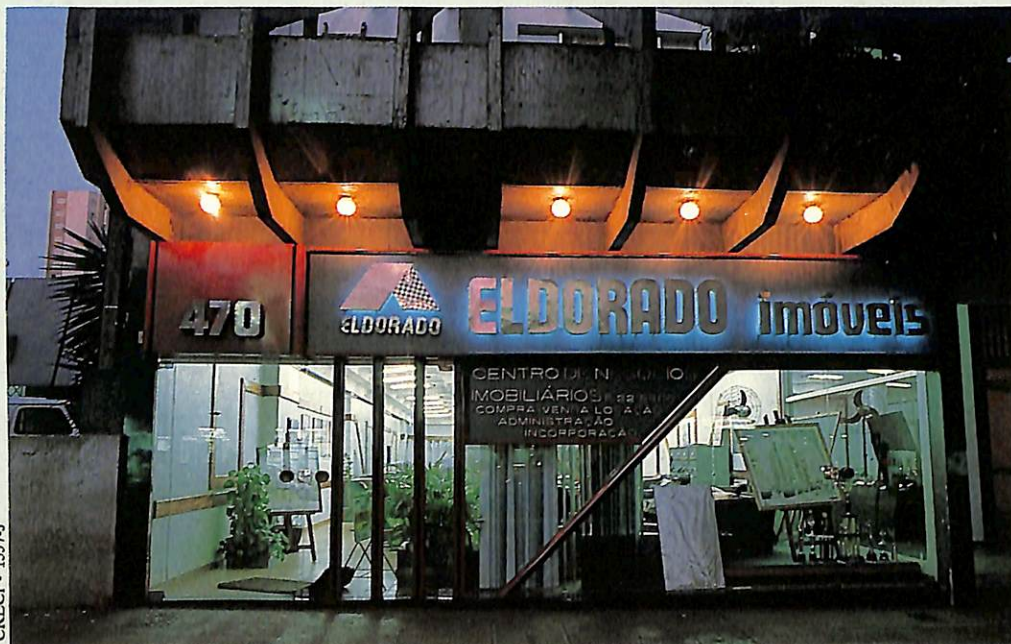
Autorização nº 03/00/31088-Administração
Sopoupe Adm. de Consórcios S.C.Ltda.

UMA QUESTÃO DE CONFIANÇA

QUANDO VOCÊ PRECISAR COMPRAR, VENDER, ALUGAR,
INCORPORAR, LANÇAR PRÉDIOS COMERCIAIS OU RESIDENCIAIS

PROCURE QUEM TEM:

- Solidez Econômico-Financeira para responder pelos negócios;
- Experiência no Ramo;
- Estrutura Moderna e Informatizada;
- Sede Própria;
- Corpo de Corretores com especialização nos vários segmentos do ramo imobiliário;
- Departamento Jurídico atualizado com a atual Lei do Inquilinato.



CRECI - 1357-J



ELDORADO IMÓVEIS

CENTRO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
Av. Paraná, 470 - Fone: (0442) 22-8866 - Maringá - PR